

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS**

**QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS DO BAIRRO NOVA
SANTA MARTA, NA CIDADE DE
SANTA MARIA, RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Sandra Beatriz de Andrade Cardozo

Santa Maria, RS, Brasil.

2013

QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS DO BAIRRO NOVA SANTA MARTA, NA CIDADE DE SANTA MARIA, RS

Sandra Beatriz de Andrade Cardozo

Dissertação apresentada ao curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de Concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gilda Maria Cabral Benaduce

Santa Maria, RS, Brasil.

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Cardozo, Sandra Beatriz de Andrade
Questões socioambientais do bairro Nova Santa Marta,
na cidade de Santa Maria, RS / Sandra Beatriz de Andrade
Cardozo.-2013.
89 p. ; 30cm

Orientadora: Gilda Maria Cabral Benaduce
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2013

1. Espaço urbano 2. Ocupação urbana irregular 3.
Invasões 4. Regularização fundiária I. Benaduce, Gilda
Maria Cabral II. Título.

© 2013

Todos os direitos autorais reservados a Sandra Beatriz de Andrade Cardozo. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: sandrabeatrizandrade@hotmail.com

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS DO BAIRRO NOVA SANTA MARTA,
NA CIDADE DE SANTA MARIA, RS**

elaborada por

Sandra Beatriz de Andrade Cardozo

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Gilda Cabral Benaduce, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/ Orientadora)

Sandra Ana Bolfe, Dr^a. (UFSM)

Gislaine Mocelin Auzani, Dr^a. (UNIFRA)

Santa Maria, 27 de setembro de 2013.

Dedico ao amor da minha vida,
meu esposo Marcelo e à minha
filha Marthiely.

Família um bem instituído por
Deus, que não tem preço!

AGRADECIMENTOS

A DEUS, na pessoa do Senhor JESUS CRISTO, que em todo tempo tem demonstrando a sua fidelidade para comigo e minha família;

A minha orientadora, Gilda Cabral Benaduce, não só pela orientação deste trabalho, mas, sobretudo, pelos ensinamentos e paciência. É um exemplo de profissional a ser seguido, respeitou sempre os meus caminhos;

Aos professores, Gislaine Mocelin Auzani, Sandra Ana Bolfe, Cesar de David, pelos quais tenho um imenso carinho e admiração, agradeço pela disponibilidade em analisar este trabalho, e pelas valiosas contribuições;

A professora Ísis Samara Ruschel Pasquali, toda minha admiração, agradeço as palavras de incentivo;

Ao meu querido amigo e sobrinho Anderson Proença de Andrade, que em todos os momentos esteve ao meu lado realizando as correções deste trabalho;

A meus colegas e professores de graduação da UNIFRA, que sempre me incentivaram;

Aos colegas do PPGGEO, pelo companheirismo e amizade, em especial: Alana Ross, Melina Dornelles Severo Rohde, Juliane Stenzinger Bergamim, Andrea Pereira Lock; Vanessa Peretti;

Aos amigos “irmãos” da CBVN, pelo incentivo e apoio espiritual;

A Universidade Federal de Santa Maria, em especial ao PPGGEO pela oportunidade oferecida;

Ao Centro Universitário Franciscano, o qual me subsidiou com a maior parte da bibliografia utilizada.

A secretária Liliane Bonilla, que sempre me auxiliou muito bem;

Aos meus pais, Coraldina Aquino de Andrade e Luis Silveira de Andrade (*in memoriam*), e aos meus irmãos, que sempre foram a base em minha vida;

E, finalmente, o meu muito obrigada, a meu esposo Marcelo Cardozo e a minha filha Marthiely, que sempre me deram estímulos a continuar, me incentivando e demonstrando paciência e amor, AMO VOCÊS!

“Eu não conheço o caminho pelo qual
ele me guia, mas conheço muito bem o
meu guia”.

Martinho Lutero

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria

QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS DO BAIRRO NOVA SANTA MARTA, NA CIDADE DE SANTA MARIA, RS

AUTORA: SANDRA BEATRIZ DE ANDRADE CARDOZO

ORIENTADORA: GILDA MARIA CABRAL BENADUCE

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 27 de setembro de 2013.

O crescimento urbano, da cidade de Santa Maria, apresenta um quadro de expansão de áreas ocupadas de forma irregular, fato que tende a determinar desigualdades e conflitos na ocupação do solo urbano, bem como fatores de exclusão. Este estudo tem por finalidade expor um panorama geral do processo evolutivo da área ocupada na Fazenda Santa Marta, no município de Santa Maria abrangendo seus 7 (sete) loteamentos sendo eles: Loteamento Alto da Boa Vista, Loteamento Marista, Loteamento Sete de Dezembro, Loteamento Dez de Outubro, Loteamento Dezoito de Setembro, Loteamento Pôr do Sol, Loteamento Núcleo Central. Desse modo, o recorte temporal para este trabalho inicia com a ocupação em 1991, resgatando seu processo histórico, bem como a evidência de que há índices de pobreza associados a falta de infraestrutura. Assim, privilegiou-se analisar os aspectos socioespaciais do processo de evolução, conhecer o processo histórico e compreender aspectos dos movimentos sociais, bem como salientar o contexto atual dos loteamentos. A metodologia constituída pela fundamentação teórica delimitada pela área estudada, bem como a base cartográfica. Por meio dessa pesquisa, de caráter bibliográfico, foi possível, identificar como se apresenta atualmente a estrutura do Bairro Nova Santa Marta, bem como é entendido nele o processo de ocupação irregular. Nesse processo, há predomínio na expansão das áreas, aumento da pobreza e carência dos serviços básicos, visto que a população nos loteamentos aumenta consideravelmente. As condições precárias do bairro não se manifestam somente pela falta dos serviços básicos e sociais, mas também na falta de recursos de sociabilidade, e ambientais que venha atender os moradores ali residentes. Finalmente, todos os avanços do homem estudados neste trabalho denotam formas da vida e do cotidiano urbano, característicos da problemática urbana.

Palavras-chave: Espaço urbano. Ocupação urbana irregular. Invasões. Regularização fundiária.

ABSTRACT

Master's Degree Dissertation
Graduation program in Geography and Geoscience
Federal University of Santa Maria

IRREGULAR OCCUPATION: THE NOVA SANTA MARTA NEIGHBORHOOD CASE, IN SANTA MARIA-RS

AUTHOR: SANDRA BEATRIZ DE ANDRADE CARDOZO
ADVISER: GILDA MARIA CABRAL BENADUCE

Place and Date of the presentation: Santa Maria, September 27, 2013.

The urban growth in Santa Maria, presents an expansion of irregular land occupation, a fact that provides social inequality and conflicts in the urban land occupation, as well as excluding factors. This study aims to present a general portrait of the process of occupation in the Fazenda Santa Marta, in Santa Maria, including its 7 (seven) settlements which are: Loteamento Alto da Boa Vista, Loteamento Marista, Loteamento Sete de Dezembro, Loteamento Dez de Outubro, Loteamento Dezoito de Setembro, Loteamento Pôr do Sol, and Loteamento Núcleo Central. Therefore, the temporal analysis for this study starts with the 1991 occupation, rescuing its history process, as well as the evidence indicating that a certain amount of poverty is associated to the lack of infrastructure. This way, there is a focus on the analysis of the social spatial aspects of the evolving process, on the historic process and on the understanding of social movements, as well as to highlight nowadays the context of the settlements. The methodology used had a theoretical basis limited by the studied area and a cartographic base. With this bibliographic research, it was possible to identify the current structure of Bairro Nova Santa Marta, and also how the process of irregular occupation is understood within it. In this process, predominates the expansion of the areas and an increase of poverty and need for basic services, because the population of the settlements is growing considerably, and the poverty does not manifest only in the lack of basic social services, but in the absence of sociability and environmental resources that can could help the residents. Finally, all the progress of men studied here shows the characteristic urban lifestyle and everyday life, of contemporary life.

Key words: Urban space. Irregular urban occupation. Invasions. Land regularization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização do município de Santa Maria no contexto estadual.	44
Figura 2 – Expansão Urbana de Santa Maria.	51
Figura 3 – Mapa de ocupação irregular da Cidade de Santa Maria em 2011.	55
Figura 4 – Distribuição das vilas do bairro Nova Santa Marta.	64
Figura 5 – Início da ocupação em 1992.	66
Figura 6 – Evolução do Bairro Nova Santa Marta, antes da ocupação (1985) e depois da ocupação.	67
Figura 7 – Área atualmente ocupada do Bairro Nova Santa Marta.	68
Figura 8 – Residência construída em lugar inadequado.	70
Figura 9 – Presença de animais, em meio à vegetação.	71
Figura 10 – Presença de material reciclável disposto de forma incorreta.	72
Figura 11 – Espaço destinado a área de lazer.	73
Figura 12 – Lixo exposto em via pública.	74
Figura 13 – Esgoto a céu aberto, decorrente de canos entupidos.	75
Figura 14 – Vias públicas inacabadas.	75
Figura 15 – Localização de pontos precários junto a bacia hidrográfica no Bairro Nova Santa Marta.	78

LISTA DE SIGLAS

- ACS** – Agentes Comunitários de Saúde
- COHAB** – Conjunto Habitacional
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MNLM** – Movimento Nacional de Luta pela Moradia
- PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – População residente por situação de domicílio e sexo, no município de Santa Maria, e no Bairro Nova Santa Marta no ano de 2010.....69
- Tabela 2 – Amostra da população no município de Santa Maria e do Bairro Nova Santa Marta, que possuem serviços básicos como água, energia elétrica, e coleta de lixo.....75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Representando os riscos a saúde devido ao uso inadequado do solo urbano.....	48
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CAPÍTULO I – URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE NAS CIDADES	18
1.1 Uso do solo urbano como mercadoria.....	23
1.2 Riscos ambientais na rede urbana	29
2 CAPÍTULO II – FORMAS DE OCUPAÇÕES NAS CIDADES BRASILEIRAS	35
3 CAPÍTULO III – EXPANSÃO DA CIDADE E AS OCUPAÇÕES IRREGULARES NA CIDADE DE SANTA MARIA	44
3.1 Riscos ambientais na cidade de Santa Maria.....	57
3.2 Qualidade de vida nas cidades	59
4 CAPÍTULO IV – PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS PELA MORADIA IRREGULAR NO BAIRRO NOVA SANTA MARTA	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS.....	84

INTRODUÇÃO

As cidades possuem em sua história formas distintas de desenvolvimento, ou seja, cresceram com características diferenciadas. Logo, este espaço designado de cidade vai sobreviver durante anos e anos, possuindo características de tempos distintos, que possibilitam a percepção de uma história das cidades. Tendo em vista que o espaço urbano é reflexo da ação e do pensamento de uma sociedade, está, aquele, conseqüentemente subordinado ao processo de desenvolvimento social. Daí poder-se dizer, que por serem advindas de processos de desenvolvimentos diferentes, as cidades ao longo do tempo tornam-se configuradas por desigualdades, que quando surgidas, modificam drasticamente a organização espacial e social.

Desta maneira, as cidades são unidades de análise e constituem-se como conjuntos de edificações, atividades e população conjuntamente no espaço. Diante da ação do homem sobre a natureza, Carlos (2005a, p. 19) nos coloca que “o futuro é formado pelo conjunto de possibilidades e de vontades, mas estas, no plano social, dependem do quadro geográfico, que facilita ou restringe, autoriza ou proíbe a ação humana”. Ponto importante nesse contraste proporcionado pelo desenvolvimento desigual das cidades é a forma como o solo urbano é ocupado, fator, conseqüentemente, dependente dos aspectos socioeconômicos da população. É a partir dessa constatação, que Carlos (2005b, p. 45) aponta que “o modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver”.

A cidade dentro de seus limites carrega consigo formas e aparências constituídas a partir das atitudes humanas, no entanto algumas possuem marcas deixadas por uma única sociedade. Porém em períodos de tempos distintos, esse fato vai configurar a história das cidades, a qual Carlos (2005b, p. 38) vai referenciar dizendo que, “a paisagem não só é produto da história como também reproduz a história, a concepção que o homem tem e teve do morar, do habitar, do trabalhar, do comer e do beber, enfim, do viver”.

A formação das cidades constitui-se na base do comércio. As fábricas industriais também atraíram as pessoas, que de uma forma ou de outra buscavam

trabalho, migrando para os núcleos urbanos. Desde a sua origem como lugar não agrícola, a cidade tornou-se o foco dos maiores estímulos sociais, culturais e intelectuais na sociedade urbana moderna. Atualmente, segmentos inteiros de população são completamente dominados pelos valores, expectativas e estilo de vida urbano. Grande massa da população migrou para as cidades, que por não terem infraestrutura, acabaram por não suportar essa população, e a isso somou-se a relação entre a riqueza e a pobreza. Spósito (1997), salienta que ao considerar a cidade como palco da sociedade capitalista, percebe que o crescimento econômico está alicerçado na divisão de classes, nas desigualdades sociais, onde os grandes detentores do poder estão localizados no topo da pirâmide social, enquanto os que estão na base, constituem a classe explorada.

Devido à falta de emprego, com trabalhos informais a população tende a se deslocar para periferia das cidades, ocupando terrenos com topografia e condições geográficas menos vantajosas ou com restrições ambientais para ocupação. Nas palavras de Santos (1979, p. 15) o espaço periférico é “Descontínuo, instável, o espaço dos países subdesenvolvidos é igualmente multipolarizado, ou seja, é submetido e pressionado por múltiplas influências e polarizações oriundas de diferentes níveis de decisão”.

Esse rápido crescimento proporcionou o agravamento dos problemas sociais, como a segregação socioespacial, marcada pela existência de bairros de diferentes perfis infraestruturais para ricos e pobres, e resultando na falta de habitação, emprego, saneamento e transporte. As cidades, despreparadas para a absorção de um contingente populacional tão grande, revelaram também problemas de ocupação de áreas de risco, abastecimento de água, coleta e destinação de lixo e degradação ambiental.

O recorte espacial e temporal a ser utilizado nesta pesquisa corresponde à área do Bairro Nova Santa Marta, abrangendo seus 7 loteamentos: Loteamento Alto da Boa Vista, Loteamento Marista, Loteamento Sete de Dezembro, Loteamento Dez de Outubro, Loteamento Dezoito de Setembro, Loteamento Pôr do Sol, Loteamento Núcleo Central.

Foi tomado como recorte temporal para este trabalho o período iniciado com a ocupação em 1991, resgatando seu processo histórico, bem como a hipótese de que há índices de pobreza associados a falta de infraestrutura.

A temática aqui apresentada é produto de um processo de ocupação irregular, ocorrido na cidade de Santa Maria, RS. Este espaço atualmente é denominado Bairro Nova Santa Marta, existente desde 1991.

Dentro do contexto da problemática urbana a pesquisa está inserida no contexto atual, resgatando o processo histórico em que a população residente encontra-se. A pesquisa, via reflexões teóricas, visa contribuir para um maior conhecimento da realidade urbana e do processo de ocupação evidenciando a estruturação, e em especial, como está sendo usado este recorte de solo urbano.

Tem-se como objetivo geral, analisar os aspectos socioambientais no processo de expansão urbana do Bairro Nova Santa Marta, localizado no município de Santa Maria/RS, e suas ocupações irregulares; conhecer, por meio da verificação do processo histórico do município, o processo de urbanização do Bairro Nova Santa Marta, a fim de confirmar a existência de problemas socioespaciais acarretados; e também, compreender aspectos dos movimentos sociais.

A presente pesquisa se insurge como de cunho bibliográfico, fundamentada por títulos de renomados autores, como Milton Santos, Ana Fani Alessandri Carlos, Roberto Lobato Corrêa, Ermínia Maricato, e algumas dissertações e teses, que servirão de base para a construção da fundamentação teórica.

A metodologia constituirá pela fundamentação teórica delimitada pela área a ser estudada, na qual constarão os seguintes mapas: o de localização da cidade de Santa Maria no contexto estadual localizando o Bairro Nova Santa Marta na cidade de Santa Maria, o mapa da expansão urbana de Santa Maria, bem como o mapa contendo as áreas de ocupações irregulares na cidade de Santa Maria. Por meio dessa pesquisa, de caráter bibliográfico, será possível, identificar como se apresenta atualmente a estrutura do Bairro Nova Santa Marta no município de Santa Maria, bem como se é entendido nele o processo de ocupação irregular.

Existe a hipótese de que há predomínio na expansão das áreas, carência dos serviços básicos, visto que a população nos loteamentos aumenta consideravelmente. No entanto, a falta de recursos não se manifesta somente pela falta dos serviços básicos, mas também de recursos de sociabilidade que venha atender a todos os moradores ali residentes.

Por fim, os dados obtidos através da elaboração cartográfica foram analisados e discutidos e estarão expressos na forma de texto, imagens, mapas e gráficos.

A área do Bairro Nova Santa Marta, foi desapropriada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1978. Sua ocupação é marcada por conflitos e conquistas, tais lutas demonstram a união de um povo, sedento por um local para alocar seus familiares.

1 CAPÍTULO I – URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE NAS CIDADES

No Brasil a constante ausência de habitação força os grupos mais humildes a ocupar espaços impróprios para assentamentos. Este problema gera a ocupação ilegal, fator que mais contribui para agressões às áreas de preservação, sejam topos de morros, áreas com acentuada declividade e margens de rios e áreas de proteção de mananciais, agravado pela ausência de infraestrutura. Maricato (2001) salienta que nas décadas de 1980 e 1990 houve grande concentração de pobreza na área urbana, por isso:

A dimensão da tragédia urbana brasileira está a exigir o desenvolvimento de respostas, que acreditamos, devem partir do conhecimento da realidade empírica respaldado pelas informações científicas sobre o ambiente construído para evitar a formulação das "idéias fora do lugar" tão características do planejamento urbano no Brasil (MARICATO, 2000 in MARICATO, 2001 p. 15).

A rede urbana sofre a desigualdade, revelando inúmeras feições, devido à inserção injusta, causando um impacto socioambiental à procura de um lugar onde a população busca instalar-se. Os estudos de Cunha e Coelho (2007), demonstram,

Foi somente no século XX que a preocupação com o meio ambiente resultou, no Brasil, na elaboração e implantação de políticas públicas com caráter marcadamente ambiental, especialmente a partir da década de 1970, quando aumenta a percepção de que a degradação do planeta pode ter efeitos irreversíveis e catastróficos (CUNHA E COELHO, 2007, p. 45).

Uma parte considerável da população do planeta vive em grandes concentrações urbanas e a qualidade de vida é altamente dependente de variáveis relacionadas à ocupação do meio físico, principalmente a densidade populacional e porcentagem de área verde. No meio urbano, principalmente em cidades grandes, a ocupação desordenada do solo vem acarretando inúmeros problemas ambientais, entre eles, as altas taxas de impermeabilização do solo. “O processo de urbanização se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir ao meio ambiente” (MARICATO, 2001, p. 39).

Nas palavras de Carlos (1992), a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção e reprodução da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social.

O problema decorrente da invasão do espaço urbano pode ser analisado a partir da segregação espacial, que acaba gerando no interior de cada cidade a existência de duas cidades. Nas palavras de Maricato (2001) a urbanização e a ocupação do espaço urbano estruturo-se devido a três principais fatores:

A importância do trabalho escravo (inclusive para a construção e manutenção dos edifícios e das cidades), a pouca importância dada a reprodução da força de trabalho mesmo com a emergência do trabalhador livre, e o poder político relacionado ao patrimônio pessoal (MARICATO p. 18).

Segundo Ross (2001), a segregação espacial se constitui através da separação de classes sociais em espaços geográficos distintos, na qual algumas áreas da cidade são constituídas por bairros dotados de melhores condições de infraestrutura para a moradia, sendo ocupado por classes economicamente privilegiadas. E em outro polo formado por vilas e favelas de periferia das cidades estando localizados em ambientes de precárias condições para a moradia, deste modo, piorando ainda mais as condições da qualidade de vida de seus moradores.

Para entender este processo é necessário compreender a relação de ocupação do espaço, sobre a forma de exclusão social dentro da lógica do sistema capitalista de apropriação. Maricato (2001), salienta que no Brasil, grande parte da população concentra-se em morros, várzeas ou mesmo planícies, onde a pobreza é homogênea, áreas que deveriam ser preservadas.

A ocupação do espaço urbano pode causar interferência sobre o meio ambiente, Para algumas causas das ações antrópicas nos ambientes naturais são consequências dos materiais utilizados para a construção de ruas e edificações nas áreas urbanas que afetam o meio ambiente e a qualidade de vida da população. A ação do homem tende ao desequilíbrio, o ambiente certamente reage, trazendo efeitos inesperados para o ambiente construído e seus ocupantes: inundações, secas, micro-climas adversos, erosão, desmatamentos, enchentes, voçorocas, ambientes internos insalubres.

Maricato (2001), expõe a preocupação, pois a sociedade brasileira está se urbanizando e ao mesmo tempo isto traz a modernização, entretanto, esta modernização não está superando o período arcaico do Brasil. A urbanização traz novas formas de atraso.

Ainda nesse sentido Maricato (2001), salienta,

Com a massificação do consumo dos bens modernos, especialmente os eletro-eletrônicos, e também do automóvel, mudaram radicalmente o modo de vida, os valores, a cultura e o conjunto do ambiente construído. Da ocupação do solo urbano até o interior da moradia, a transformação foi profunda, o que não significa que tenha sido homogeneamente moderna (MARICATO, p. 19).

Portanto, na medida em que o espaço urbano vai sendo ocupado, seja por edificações luxuosas nas áreas centrais, ou por moradias humildes da periferia, a invasão desses espaços é um problema sobre tudo social, que afligem todas as classes, assim transformando a paisagem geográfica e causando muitos problemas a sociedade.

Com a evolução das indústrias o processo urbano acelerou-se, e foi intensificado pela modernização de alguns setores econômicos, criaram postos de trabalho, e incentivaram a população rural no processo do êxodo rural. Carlos (2005, p. 58), aponta,

A história da paisagem urbana mostra os sinais do tempo que nela impregna suas profundas marcas. O mundo é produto do homem, da sociedade e, portanto o espaço produzido em cada momento será concretamente diferenciado. Podemos entender o mundo como sensível como produto do homem, resultado da atividade de várias gerações, cada uma ultrapassando a precedente e aperfeiçoando sua indústria, seu comércio, e com isso criando infinitamente novas formas.

Este processo intenso abrange também as cidades economicamente menos desenvolvidas. Bezerra e Fernandes (2000) afirmam que a maioria das cidades brasileiras têm um desenvolvimento em forma de eixos, transferindo unidades produtivas da metrópole para outras áreas; isto acentua a concentração nestas áreas - reforçando os desequilíbrios da rede de cidades e tornando agudos os problemas sociais, urbanos e ambientais.

De acordo com Guerra e Marçal (2006, p. 29) “O crescimento rápido e desordenado que tem ocorrido em muitas cidades, em especial nos países em desenvolvimento, é o grande responsável pelas transformações ambientais, descaracterizando, muitas vezes, o meio físico original, antes de haver a ocupação humana”.

Este processo intenso de deslocamento populacional e crescimento desigual vem causando sérios problemas ambientais interferindo na qualidade de vida da população. Recentes mudanças no processo de urbanização e na configuração das cidades, em função das transformações do desenvolvimento econômico,

aumentaram as diferenças econômicas e sociais no desenvolvimento das cidades e regiões brasileiras. Isto é caracterizado pelo surgimento de "ilhas produtivas"; aumento populacional nas periferias (provocando alargamento - espalhamento - dos aglomerados urbanos), menor crescimento dos centros metropolitanos, importância maior do conjunto de cidades de médio porte (BEZERRA E FERNANDES, 2000).

De acordo com Guerra e Cunha (2001, p. 94), “esse processo de crescimento urbano com graus variados de intensidade, no tempo e no espaço geográfico, vem exercendo uma forte pressão sobre o ecossistema original, e os resultados são refletidos na redução de sua área verde...”.

São problemas intraurbanos que afetam a sustentabilidade das cidades: dificuldade de acesso à terra urbanizada, déficit de moradias adequadas, poluição ambiental, déficit de moradias adequadas, poluição ambiental, déficit dos serviços de saneamento básico, desemprego e precariedade de emprego, violência (BEZERRA; FERNANDES, 2000).

Os estudos dos processos socioambientais propõem resgatar elementos que contribuem com ações eficazes, sejam individuais ou coletivas, em comunidade criando expectativas para uma consciência cidadã e sustentável, pois o desenvolvimento econômico não ocorre devido à fome, miséria, injustiça social, violência e a baixa qualidade de vida em que a população tem sido vitimada. Conforme Guerra e Cunha (2001, p. 41) “[...] a gestão dos problemas ambientais urbanos implica uma construção social em que o Estado-Governo compartilhe com a sociedade civil as responsabilidades das decisões e das execuções”. Nas palavras de Bezerra e Fernandes (2000), o modelo de desenvolvimento econômico atual, do Brasil, é considerado injusto socialmente e extravagante do ponto de vista ambiental.

Conforme Jacobi (2000, p. 19), “a dinâmica de urbanização por expansão das periferias produziu um ambiente urbano segregado e altamente degradado com graves consequências para a qualidade de vida de seus habitantes...”.

A crescente urbanização gera problemas sociais e ambientais, pois determinados espaços acabam sendo ocupados de maneira desordenada e ilegalmente, sem nenhuma infraestrutura. É tendência da urbanização o risco da não sustentabilidade da qualidade de vida em muitas cidades, seja pela destruição dos recursos naturais ou do patrimônio cultural que possuem, seja pela gestão e

operação pouco cautelosas, e não planejados de seus serviços (BEZERRA; FERNANDES, 2000).

A população urbana cresce constantemente agravando os aspectos físicos, ocorrendo contradições entre o meio social e o natural. Os recursos naturais, sendo matérias-primas não renováveis, vão sendo esgotados, constantemente destruídos, poluídos, agravando ainda mais os problemas existentes nos centros urbanos e conseqüentemente nas periferias. Os problemas urbanos são ocasionados por: crescimento desordenado e, por vezes, concentrado; ausência ou carência de planejamento; demanda não atendida de recursos e serviços; pelas agressões ao meio ambiente, por um desenvolvimento em forma de eixos acentuando ainda mais as concentrações urbanas, reforçando os desequilíbrios das cidades, e agredindo em grande escala o meio ambiente (BEZERRA; FERNANDES, 2000).

A falta de conscientização da população acarreta desequilíbrios ambientais graves como, por exemplo, quando o lixo é colocado em terrenos baldios, contaminando o solo, a água e o ar, intensificando a proliferação de insetos e roedores.

Os diagnósticos disponíveis evidenciam o agravamento dos problemas urbanos e ambientais das cidades, decorrentes de adensamentos desordenados, ausência de planejamento, carência de recursos e serviços, obsolescência de infra-estrutura e dos espaços construídos, padrões atrasados de gestão e agressões ao ambiente (BEZERRA E FERNANDES, 2000, p. 15).

Outro exemplo são os dejetos cloacais quando transportados a céu aberto, através de valas e canos, ou mesmo escoados até a frente das residências. De acordo com Bezerra e Fernandes, (2000, p. 50 *apud* Cordeiro 1996) “embora a degradação ambiental prejudique todos os estratos sociais, as desigualdades imperantes fazem com que o impacto “nas condições de vida sejam mais profundos nos estratos de menor renda”.

Este processo vem ocorrendo devido à falta de saneamento básico, pois o poder público tem dificuldade em atender todas as necessidades da população. De acordo com Scherer (2005, p. 02), “devido ao modo caótico e injusto que a população mais pobre do país estava vivenciando, o conjunto de fatores desta situação aponta ações urgentes por parte dos movimentos sociais”.

Assim de acordo com Guerra e Cunha (2001, p. 114), “[...] com elevados espaços urbanos e acelerado crescimento, observa-se [...] acúmulo de lixo nos rios,

enchentes, poluição das águas, deficiência de sistemas de esgoto sanitário, processo de desmatamento, ocupação de encostas, favelização e deslizamentos”.

Portanto, levando em consideração os problemas socioambientais encontrados atualmente nas cidades devido a ocupação desordenada de espaços urbanos, faz-se necessário uma infraestrutura adequada estratégias, diretrizes e propostas para os problemas apontados, pois investimentos realizados em saneamento, representam recursos economizados em saúde.

1.1 Uso do solo urbano como mercadoria

O solo é um elemento importante da paisagem urbana ele sustenta a vida. Sua classificação resulta da interação de vários fatores e processos de formação, possuindo inúmeras funções vitais no sistema urbano, como o “suporte as obras de engenharia, atuando como um filtro natural, regulando o ciclo hidrológico e impedindo que diversas substâncias tóxicas sejam dispersadas no meio ambiente” (PEDRON; DALMOLIN *et al.* 2007, p. 147). Em relação ao processo urbano e o desgaste no solo é importante destacar,

A maioria das atividades resultantes do processo de urbanização afetará diretamente o recurso solo, com maior ou menor intensidade, podendo muitas vezes aumentar o grau de degradação do ambiente, afetando também a qualidade de vida da população. O solo possui propriedades intrínsecas que determinam sua aptidão e limitação de uso, as quais são muitas vezes desconsideradas durante as atividades de construção civil (PEDRON; DALMOLIN *et al.* 2007, p. 147).

O espaço urbano está cada vez mais dinâmico, a cidade repousa em ambientes desfavoráveis, ocupando margens de rios, encostas, morros, etc.. As cidades possuem características diferenciadas, dotadas de complexas fragilidades e particularidades. Nesse sentido, Carlos (1994, p. 58) afirma que “a história da paisagem urbana mostra os sinais do tempo que nela impregna profundas marcas. O mundo é produto do homem, da sociedade e, portanto o espaço produzido em cada momento será concretamente diferenciado”.

Em conformidade com Carlos (2001, p. 38),

O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos, pois o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada; desse modo a cidade, como trabalho social materializado, é apropriada de forma diferenciada pelo cidadão.

A valorização do solo urbano tem como consequência a estruturação de classes, camadas da população menos favorecida, que tende ao deslocamento em áreas distante dos centros urbanos, segmentos estes da população que não possuem relação com o fenômeno dos vazios urbanos, pois Ferreira e Marandola (2001) salientam que esses vazios urbanos, não são destinados a moradias, pois estão em processo de valorização, são chamados de “reservas de valor”, aguardam especulação imobiliária.

Cabe ressaltar que a valorização do espaço urbano dá-se devido à forma de ocupação do solo. Sob essa perspectiva, afirmam Ferreira e Marandola (2001), o processo de crescimento demográfico em si não é o único responsável pela situação, pois falta uma política de ordenação espacial, uma legislação que atenda ao rápido processo de crescimento, bem como uma fiscalização eficiente para a gestão do território, e que, concomitantemente atenda as necessidades básicas das áreas urbanas. A sociedade atual mistifica o morador do subúrbio como um dos motivos da violência, o medo, insegurança cria uma imagem pejorativa aos habitantes residentes longe dos centros urbanos.

De acordo com Singer (1980), o uso do solo urbano está ligado diretamente à economia capitalista, a qual determina o preço desta mercadoria, os preços no mercado imobiliário tendem a ser determinados pelo demanda e quanto estiver disposto a pagar. Singer (1980), ainda salienta que o valor do solo urbano oscila, pois depende da demanda do processo de ocupação e expansão do tecido urbano, tornando o mercado imobiliário especulativo. Em seu estudo, Singer (1980, p. 82) salienta:

O acesso a serviços urbanos para fins de habitação tende a privilegiar determinadas localizações em medida tanto mais escassos os serviços em relação à demanda. Em muitas cidades, a rápida expansão do número de seus habitantes leva a escassez a nível crítico, o que exacerba a valorização das poucas áreas bem servidas. O funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação destas áreas seja privilégio das camadas de renda mais elevada, capazes de pagar um preço alto pelo direito de morar.

Portanto, diante dessa concepção, devemos considerar que o valor do solo urbano está intimamente ligado à produção de mercadorias tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre (1986), distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”) de modo muito elucidativo: o primeiro é um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso; o segundo, mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (LEFEBVRE, 1986, p. 411-412).

De acordo com Guimarães (2004), o uso do solo urbano é usado em pelo menos três maneiras distintas: a partir distribuição espacial (funções da cidade, áreas residenciais, industriais, comerciais, e locais para instituições e lazer) realizada por meio das configurações espaciais de atividades e instituições no contexto urbano, através de equipamentos físicos para acomodá-las e por meio do sistema de valor (preferência e valor econômico).

Para Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, a expansão de forma desordenada ocorre quando o solo urbano é supervalorizado e acaba por expulsar parte da população para áreas periféricas como destaca na citação abaixo:

[...] a questão urbana aponta o preço da terra como o mecanismo econômico responsável pela constituição do espaço urbano e pela segregação social na cidade. [...] se o solo urbano adquire um preço é porque os vários agentes capitalistas estabelecem uma concorrência para controlar as condições urbanas que permitem o surgimento de lucros extraordinários. [...] o preço da terra nada mais é do que uma transformação socioeconômica do sobrelucro de localização. Isto significa que é o movimento do capital que confere um conteúdo econômico à propriedade privada da terra urbana (RIBEIRO 1997, p. 49).

A configuração espacial da cidade é, geralmente, representada pela densidade geral da área urbanizada, como por exemplo, a região central. Ante o exposto, Carlos (1992) considera que o espaço materializado se dá pelo valor da terra que é exercido enquanto forma de trabalho. No campo a terra tem um “valor” e na cidade, outro. Essa valorização é no sentido do capital que gira em “cima desta área”. Áreas urbanas vão evoluindo e englobando as áreas rurais, de modo que,

estas últimas, passem a serem valorizadas à medida que adquiram uma maior extensão.

O problema do crescimento da cidade de forma desorganizada dá-se por meio de ocupações irregulares em espaços pequenos, na maioria das vezes, na periferia urbana, resultando em dificuldades de acesso aos serviços básicos. Outra questão é a desvalorização do mesmo pelo setor imobiliário. Segundo Carlos (1994), a segregação espacial se constitui através da separação de classes sociais em espaços geográficos distintos, na qual algumas áreas da cidade são constituídas por bairros dotados de melhores condições de infraestrutura para a moradia, sendo ocupado, por classes economicamente privilegiadas.

Bezerra e Fernandes (2000), reforçam serem as mudanças no processo de urbanização e na configuração das cidades, em função das transformações do desenvolvimento econômico, aumentaram as diferenças econômicas e sociais no desenvolvimento das cidades e regiões brasileiras, de modo a possibilitar o surgimento de "ilhas produtivas", aumento populacional nas periferias (provocando alargamento - espalhamento - dos aglomerados urbanos), menor crescimento dos centros metropolitanos e maior importância ao conjunto de cidades de médio porte.

A diferença entre a riqueza e a pobreza de certos bairros da cidade é determinada pelos problemas urbanos ocasionados pelo crescimento desordenado, concentrado e excludente. Nas palavras de Chaveiro e Anjos (2007, p. 185), é importante destacar,

uma propriedade tem seu valor mediado pelo modo como a sociedade urbana estabelece significação ao uso do solo, componentes como a localização, o acesso e a imagem produzida, bem como a infra-estrutura, compõem a dinâmica do valor do uso do solo urbano.

O que se sobressai é a ausência ou carência de planejamento, consequência oriunda dos não atendimentos dos serviços básicos da maioria da população e que, conseqüentemente causa inúmeras agressões ao meio ambiente. Ferreira e Marandola (2001, p. 16) assinalam, "em vista disto, surgiram muitas áreas de adensamento populacional em vários setores da malha urbana, geralmente com precária infraestrutura social, constituídas de uma população com baixo poder aquisitivo".

O uso do solo urbano é determinado pelo tipo de produção de mercadorias, que este espaço exerce nesse sentido o capital e o principal agente determinante do

efeito de aglomeração urbano, pois havendo a circulação de bens excedentes, ali estão os postos de trabalho. Bezerra e Fernandes (2000), afirmam ser os problemas intraurbanos que afetam a sustentabilidade das cidades: dificuldade de acesso à terra urbanizada, poluição ambiental, déficit de moradias adequadas, poluição ambiental, *déficit* dos serviços de saneamento básico, desemprego e precariedade de emprego, violência oriunda da precariedade urbana e marginalização social.

Portanto, são os diferentes setores da economia capitalista que vão determinar o espaço urbano, suas funções e o desenvolvimento de suas atividades. O capital tende a valorizar e transformar o solo, sendo um dos motivos principais dos conglomerados urbanos e, obviamente, de seus vazios demográficos, muitas vezes fica a espera, para loteamentos de moradias ou outra atividade, de modo a esperarem uma maior valorização.

Nesse sentido, Carlos (1994) explica o processo da produção espacial a partir da produção-reprodução da vida humana, onde o homem, de habitante, passa a ser entendido como sujeito dessa produção, estabelece uma nova perspectiva, a sociedade passa a ser considerada criadora de espaços dividida em classes, estruturada em diferentes classes sociais atuantes na organização do espaço.

Em sua organização agem as condições das vidas que trabalham, moram ou se relacionam nesses espaços, essa organização interage com as relações sociais, sempre com objetivo de agilizar a circulação e incrementar ainda mais a acumulação do capital.

O lugar onde se concentra as atividades produtivas recebe a infraestrutura necessária, assim como isenções fiscais, influenciando diretamente nos diferentes segmentos da configuração espacial nos centros urbanos, pois estas verbas poderiam ser usadas, em bairros periféricos, legalizando-os para futuramente também cumprir seu papel, na sociedade.

Dessa forma, o conceito de espaço urbano está ligado intimamente a sua forma estrutural, pois a cidade, não é somente um espaço de acumulação, mas também de reprodução do capital, visa à sobrevivência de todas as classes da população. Os estudos de Bezerra e Fernandes (2000, p. 62) afirmam que

os diagnósticos disponíveis apontam para o fato de que, independentemente do grau de riqueza e de desenvolvimento regional, nossas cidades têm padrões de consumo e de produção incompatíveis com a realidade socioeconômica do país e com a perspectiva da sustentabilidade ampliada da *Agenda 21*: deseconomias de toda ordem

contribuem para pressionar o meio ambiente e aumentar tanto os custos de produção como a comercialização de bens e serviços, afetando particularmente a economia urbana, as finanças públicas e o bem-estar da população. Ocorrem desperdícios inaceitáveis de água, solo, materiais, equipamentos, mão-de-obra e tempo, em consequência de processos de produção de bens ou serviços com padrões tecnológicos insustentáveis.

Cabe reafirmar ser o processo segregativo de uso e ocupação do solo representar a concretização no espaço da divisão de classes. Observa na sociedade a migração temporária ou permanente, criando nas periferias verdadeiros bairros ilegais e que o capitalismo atual, tende alterar o mundo do trabalho, aumentando a exclusão e a segregação socioespacial e conseqüentemente os problemas ambientais, como salienta Maricato (2001).

Ainda nesse sentido, Maricato (2001) em seus estudos afirma ser a ilegalidade na ocupação do solo não só das favelas, mas também nos loteamentos ilegais ser a principal causadora de agressão ao meio ambiente, pois a cidade ilegal ou informal sem infraestrutura entra em conflito com os setores econômicos, levando muitas vezes a um quadro catastrófico.

É válido ressaltar que a expansão da população urbana para áreas de periferia é ocasionada pelos menores valores dos terrenos, das moradias e dos aluguéis. A respeito do setor imobiliário, Ribeiro (1997) destaca que o capital investido enfrenta dois limites, sendo o primeiro vinculado a transformação do capital-dinheiro em capital-mercadoria, referindo-se ao problema fundiário, o outro aparece como capital-mercadoria, sendo um “problema de demanda solvável.

No decorrer do processo histórico podemos perceber um crescimento urbano excessivo derivado em maior parte pelo acelerado aumento populacional, fazendo com que as cidades acabem por assumir novas configurações espaciais.

E através da hierarquização das classes sociais é que se dá à construção da estrutura dos centros urbanos, e se existem (conflitos) entre a população, devido a sua situação financeira. Com esse crescimento populacional é necessário a construção de moradias, escolas, parques etc. e com isso acabam atingindo espaços naturais.

Devido à hierarquização das classes torna-se visível a construção de casas de classe media alta, em áreas periféricas, juntamente à favelas, conforme afirma Carlos (1992). O valor do solo urbano, como destaca Ribeiro, (1997, p. 80), é “a convivência numa mesma sociedade de diferentes formas de produção e de

circulação da moradia significa que encontramos racionalidades distintas de fixação e transformação do uso do solo urbano.

Em relação ao preço da terra, Carlos (1992) reforça deve-se levar em conta aspectos políticos, sociais, específicos de determinados lugares. (o preço de cada terreno é determinado pela localização na cidade). De acordo com Ribeiro (1997), no Brasil, como nos países latino-americanos, existe uma incapacidade do governo em intervir de maneira eficaz, buscando um desenvolvimento humano, a ocupação do solo continua a produzir irracionalidades. Ainda nesse sentido, Ribeiro (1997) destaca que o preço dos lotes fundiários é formado a partir de uma hierarquia de valores, impostas pelos agentes capitalistas, através da estruturação e transformação do uso do solo urbano, configurando estruturando e assim valorizando o espaço.

Para Ribeiro (1997, p. 40), “o preço da terra é somente um reflexo da disputa entre os diversos capitalistas pelo controle das condições que permitem o surgimento dos sobrelucros de localização”.

Ribeiro (1997) ainda destaca a existência de dois mecanismos distintos de relacionamento entre o valor do capital e da propriedade, onde o primeiro é construído em cima de pilares econômicos, onde os economistas investem o capital no espaço urbano, tendo uma visão de lucro. O segundo é baseado em cima da circulação e estrutura, exercendo determinada função, sendo o próprio objeto de lucro.

Está localização é determinada através das forças produtivas deste centro urbano, tornando-se produto de trabalho, pois o solo urbano tem validade enquanto produto de trabalho humano e a relação do capitalismo vai gerar a importância do terreno.

1.2 Riscos ambientais na rede urbana

Em sua maioria os problemas nocivos ao meio ambiente são causados pela ação humana, e interferem diretamente nas condições físicas do ambiente. A aceleração destes processos vai transformando o espaço físico-natural, de modo a dar margem a futuras degradações ambientais.

Diante da ação entre o homem e a natureza, Carlos (1994, p. 19) aponta ser “o futuro é formado pelo conjunto de possibilidades e de vontades, mas estas, no plano social, dependem do quadro geográfico, que facilita ou restringe, autoriza ou proíbe a ação humana”. Os estudos de Corrêa (1989) afirmam que o espaço urbano constitui-se em um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes produtores e consumidores do espaço.

Os danos decorrentes da má estrutura dos centros urbanos se manifestam sobre o meio ambiente de forma caótica, abrangendo o espaço geográfico em escala local, regional, nacional e global. Os desequilíbrios geodinâmicos consistem na modificação da paisagem, como o solapamento do solo pelos animais ou por maquinários pesados, exploração dos recursos minerais, desmatamento, queimadas, construção de túneis e estradas etc. (TRICARD, 1977).

Tricard (1977) afirma serem os aspectos relacionados às alterações do meio ambiente, e suas implicações sendo decorrentes da ação humana. O estudioso ressalta a importância das relações do ecossistema e a necessidade de uma visão de conjunto, permitindo a integração de conhecimentos anteriores isolados, e a busca de uma nova maneira de abordar os problemas atuais, incentivando novas pesquisas, permitindo adotar uma atitude dialética, buscando uma visão da totalidade.

A conturbação nas relações sociais, ambientais, é originada pelo processo desordenado onde a ação do homem afeta não somente um grupo social, mas inúmeros setores da sociedade. Nesse sentido, Ribeiro (2001, p. 43), *apud* Santos (1978) enfatiza,

O espaço, espaço-paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção [...] o testemunho de um momento do mundo. [...] Ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória de espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim, o espaço é uma forma durável que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes, enquanto outros criam novas formas para se inserir dentro delas.

Carlos (1992) declara ser a sociedade urbana a constituição de um sistema, das relações sociais na natureza, em um determinado processo histórico, sendo o espaço urbano entendido como produto e reprodução da sociedade, nas quais as práticas socioeconômicas tendem a modificar a vida do cidadão, seu cotidiano, suas

perspectivas, desejos e necessidades, de modo que é inevitável a fragmentação da consciência urbana, através dos gestos, roupas, comportamentos etc..

Carlos (1992, p. 51) assevera, “o homem muda o ciclo da natureza, desvia rios, derruba montanhas, faz o mar recuar nessa intervenção, realiza uma construção humana com outros ritmos, tempos e leis. É evidente, todavia, que, apesar da realização humana, o espaço urbano guarda a dimensão da natureza, embora permita ser analisado enquanto produto histórico e social”.

O meio ambiente apresenta uma diversidade natural em diferentes escalas de organização e relações entre ambas, decorrente de um processo histórico, e o solo urbano está diretamente ligado as regras do jogo capitalista.

Os estudos de Carlos (2004) sinalizam ser a reprodução do espaço urbano, articulada sobre três planos: o econômico (a reprodução do capital no espaço); o político (a cidade produzida enquanto espaço de dominação pelo Estado normatizando-o); e o social (a cidade produzida enquanto prática sócia espacial, como elemento central da reprodução da vida), revelando dimensões entre o local e o global.

É oportuno lembrarmos os riscos ambientais nos centros urbanos. Na maioria das vezes decorrentes da falta de planejamento urbano e sua ineficiência, pois muitas vezes os alagamentos se intensificam em cidades construídas em locais ambientalmente instáveis, sem infraestrutura adequada e com construções frágeis, atingindo diretamente populações carentes residentes nas margens dos rios e córregos. De acordo com Ferreira e Marandola (2001, p. 18), *apud* Brüsecke (2001), o risco não pode ser confundido com um fato x na hora y, por isso:

o risco não expressa uma corrente de determinações que conduzem necessariamente a um resultado prognóstico. Por isso, falar sobre riscos, no campo ambiental, tem sempre o caráter de um alerta que mobiliza argumentativamente a imaginação de movimentos lineares que levam impreterivelmente à catástrofe ou, pelo menos, a um dano irreparável, se...nós não fizemos alguma coisa.

As enchentes, atualmente, não atingem somente as residências carentes, mas sim casas e prédios centrais, causando inúmeros transtornos. É importante destacar que problemas antes tomados como periféricos atingem os centros urbanos, sendo cada vez mais frequentes e com grande intensidade. Os estudos de Ferreira e Marandola (2001, p. 23, *apud* LEFF 2001), sobre a problemática ambiental retratam:

[...] diz respeito a um questionamento do pensamento e do entendimento, da antologia e da epistemologia pelas quais a civilização ocidental tem compreendido o ser, os entes e as coisas; da ciência e da razão tecnológica pelas quais temos dominado a natureza e economicizado o mundo moderno.

Devido à falta de emprego, com trabalhos informais a população tende a se deslocar para a periferia das cidades, ocupando terrenos com topografia e condições geográficas menos vantajosas ou com restrições ambientais para uso e ocupação. Por exemplo, as encostas dos morros áreas de proteção ambiental e equilíbrio da fauna e da flora, muitas vezes, são apropriadas, ocorrendo uma concentração de população, sem nenhum planejamento de ocupação desse meio físico-natural. Bezerra e Fernandes (2000, p. 15) salientam, ser “os diagnósticos disponíveis evidenciam o agravamento dos problemas urbanos e ambientais das cidades, decorrentes de adensamentos desordenados, ausência de planejamento, carência de recursos e serviços, obsolescência de infraestrutura e dos espaços construídos, padrões atrasados de gestão e agressões ao ambiente”.

Levando em consideração os problemas socioambientais encontrados atualmente nas cidades devido à ocupação desordenada de espaços urbanos, Coelho (2001, p. 41) salienta que “[...] a gestão dos problemas ambientais urbanos implica uma construção social em que o Estado-Governo compartilhe com a sociedade civil as responsabilidades das decisões e das execuções”.

Spósito (1994, p. 17) destaca:

O poder público também tem seu papel na organização da vida que se movimenta pelo espaço. Leis de saneamento urbano são leis que determinam as áreas da cidade onde podem ser instaladas as indústrias, os edifícios altos, os conjuntos habitacionais, os tipos de dimensões de ruas e avenidas que serão construídas na malha urbana, a localização dos edifícios do poder público, etc.

Os estudos dos processos socioambientais propõem resgatar um dinamismo econômico que vise atender todas as esferas sociais, pois o atual modelo é considerado injusto socialmente e extravagante do ponto de vista ambiental, a pobreza está intimamente ligada ao processo de degradação do meio ambiente.

O meio ambiente apresenta uma diversidade natural em diferentes escalas de organização e relações entre ambas, decorrente de um processo histórico, e o espaço urbano está diretamente ligado as regras do jogo capitalista como enfatiza Spósito (1994, p. 28):

A área considerada mais importante é o centro, porque é nele que se localiza o maior número de casas comerciais, de bancos e das diferentes formas de prestação de serviços. Por essas razões, o centro é a área mais deslocada em qualquer tipo e tamanho da cidade.

É oportuno lembrarmos que os riscos ambientais nos centros urbanos, são decorrentes da falta de planejamento urbano e sua ineficiência, pois muitas vezes os alagamentos se intensificam em cidades construídas em locais ambientalmente instáveis, sem infraestrutura adequada e com construções frágeis, atingindo diretamente populações carentes instaladas nas margens dos rios e córregos.

Para Corrêa (2004, p. 8), “o espaço urbano é um reflexo tanto de ações realizadas no presente como também daquelas realizadas no passado e ambas deixam marcas impressas nas formas espaciais presentes”. Este espaço capitalista é profundamente desigual, constituindo suas próprias facetas, mudando conforme o ritmo que o capital determina, assumindo um lugar simbólico, variando conforme determina os diferentes grupos sociais (CORRÊA, 2004). Ainda nesse sentido, Corrêa (2004) afirma, o espaço é fragmentado e desigual levando a inúmeros conflitos sociais sendo um cenário reflexo das lutas sociais.

Em seu título **O espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade** Carlos (2004) traz um questionamento, pois a cidade vem sendo pensada de forma física ou simplesmente como espaço urbano, ocultando a prática socioespacial, que visa determinar sua forma e conteúdo.

Carlos (2004, p. 20) afirma, nesse aspecto:

A cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais, enquanto produtora da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que trata da realização do ser social ao longo do passado histórico.

Portanto, a problemática urbana nos faz refletir a respeito da cidade, mas com grande repercussão no espaço urbano, não como realidade atual, mas como um processo histórico capaz de sofrer transformações, sendo influenciado diretamente pelo capital, e a sociedade residente nesses espaços.

Desta forma, o desenvolvimento das cidades deve ser realizado se pensando nas gerações futuras, seja pelo uso dos recursos naturais levando em consideração a sustentabilidade, seja pela construção de estruturas de gestão que possibilitem a

incorporação da dinâmica social com relação aos conceitos defendidos sociedade sustentável.

Porém, o desenvolvimento de infraestrutura das cidades não acompanhou o rápido crescimento demográfico. Pode-se analisar o crescimento desordenado das cidades dentro do fenômeno como alguns autores classificam como “urbanização de risco”. Portanto, isto nos permite dizer que nas últimas décadas no Brasil pouco se fez no que diz respeito a planejamento urbano. Dessa maneira às áreas de risco seria como uma consequência da falta de um planejamento urbano integrado, conforme Guerra e Cunha.

a concentração urbana no Brasil é de ordem de 80% da população, e o seu desenvolvimento tem sido realizado de forma pouco planejada [...]. Um dos principais problemas relacionados com a ocupação urbana são as inundações e os impactos ambientais. A tendência atual do limitado planejamento urbano integrado está levando as cidades a um caos ambiental urbano [...] Este caos está relacionado principalmente com a contaminação dos mananciais superficiais e subterrâneos em razão do inadequado saneamento, as inundações urbanas devido á ocupação de área de risco [...] (GUERRA e CUNHA, 2001, p. 17).

Diante de todo o quadro da ocupação urbana, via-se a necessidade de instituir políticas urbanas que venham contribuir para o ordenamento das cidades. As propostas defendidas por esta política giram em torno de ampliar os direitos fundamentais das pessoas, garantindo a elas o cumprimento das funções sociais.

Para o pleno desenvolvimento desta ideia, faz-se necessário então que a política urbana contivesse no mínimo, em suas diretrizes, uma política ambiental, uma econômica e uma social. É necessário ainda que esta política considere a realidade da sociedade onde atua e que procure modificar e transformar esta realidade de forma a promover maior equidade social.

2 CAPÍTULO II – FORMAS DE OCUPAÇÕES NAS CIDADES BRASILEIRAS

A ocupação do espaço urbano, de forma acelerada nas cidades brasileiras a partir de 1970, gerou complexas consequências, aumentando consideravelmente as desigualdades sociais. A urbanização muitas vezes de forma irregular levou a maioria dos menos favorecidos a não morar mais em bairros centrais. O estudo de Davis (2006, p. 46) apresenta “desde 1970, o maior quinhão do crescimento populacional urbano mundial foi absorvido pelas comunidades faveladas da periferia das cidades do terceiro mundo”.

Ainda nesse sentido Bonduki (1996) e Maricato (2001) afirmam a pobreza e a favelização no Brasil, como sendo marcada por um processo de industrialização e modernização excludentes, vivenciados em cidades de porte médio, ocupação de forma irregular, concentração de renda, degradação ambiental, desigualdade social, violência, são características de um processo de segregação espacial, ocorridas principalmente em países do terceiro mundo.

Os padrões seguidos no espaço urbano observado nas cidades brasileiras é muito desequilibrado prevalecem comportamentos especulativos sobre a função social, observa-se espaços adensados por arranha-céus ou por favelas e também grandes glebas ainda não edificadas. Essa desordenação gera muitos gastos ao governo, principalmente em infraestrutura (BONDUKI, 1996).

Para tanto, cabe ressaltar que ações do governo, redução dos investimentos habitacionais, fragilidade ou ausência das políticas urbanas, fundiária ou habitacional e dos instrumentos de intervenção urbana tem contribuído para a manutenção de um quadro urbano marcado por conflitos entre modernização, exclusão e desigualdades.

A intensidade e as características da urbanização em todo o mundo geraram dois grandes problemas nesse final de século: a questão urbana e a questão ambiental, seja da cidade ou do campo, é problema antigo e sempre existiu na história da humanidade. O que é novo, neste final de século, é a intensidade dos processos de degradação ambiental que acompanham a urbanização, resultando em crescente vulnerabilidade das cidades, problema agravado pela intensidade da concentração urbana (BONDUKI, 1996, p. 28).

Dessa forma, a população tende a materializar-se no espaço urbano de forma precária, identificadas entre o passado histórico e o moderno excludente. Analisando este processo de exclusão do povo brasileiro (BONDUKI 1996, p. 28-29) ressalta:

O quadro urbano brasileiro está marcado pela existência de assentamentos humanos precários, onde vivem os pobres, e um compromisso ambiental que provocam graus crescentes de deterioração da qualidade de vida. Enchentes, erosões, deslizamentos, poluição das águas e do ar, bem como a diminuição da cobertura vegetal, atingem o cotidiano da população, afetando diferencialmente os setores mais pobres. A falta de alternativas de moradia popular e de lotes a preços acessíveis, particularmente nas grandes cidades, forçou os grupos mais pobres da população a ocupar ilegalmente espaços impróprios para assentamentos como encostas íngremes, várzeas inundáveis, beiras de rio e cursos d' água, áreas de proteção de mananciais, áreas de risco para o tipo de moradia precária dessa população, risco agravado pela ausência de infra-estrutura.

Devido à falta de alternativas de moradia popular e de lotes urbanos a preços acessíveis, principalmente nas grandes cidades, e conseqüentemente em cidades de médio porte, força grupos mais pobres da população a ocupar ilegalmente espaços impróprios para assentamentos como encostas íngremes, várzeas inundáveis, beira de rios e cursos d'água, áreas de proteção de mananciais, áreas de risco para o tipo de moradia precária dessa população, risco agravado pela ausência de infraestrutura como defende (BONDUKI, 1996).

Davis (2006, p. 19) enfatiza:

Na América Latina, onde as cidades principais monopolizam o crescimento, das cidades secundárias [...] a urbanização deve ser conceituada como transformação estrutural e intensificação da interação de todos os pontos de um contínuo urbano-rural.

A pesquisa organizada por Davis (2006, p. 39), revela em toda parte do Terceiro Mundo a escolha da residência é um cálculo complicado de considerações ambíguas: “Os pobres urbanos têm que resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança”. Através desta perspectiva, percebe-se:

Nas cidades o crescimento desordenado do Terceiro Mundo, “periferia” é um termo extremamente relativo e específico de um momento: a orla urbana de hoje, vizinha de campos, florestas ou deserto, pode amanhã tornar-se parte de um denso núcleo metropolitano. [...] o desenvolvimento da orla das áreas urbanas do Terceiro Mundo assume duas formas principais: assentamentos de invasores e, para utilizar o expressivo nome colombiano, *urbanizaciones piratas* (DAVIS 2006, p. 47).

Ainda que se argumente a diferença econômica da população brasileira, com diversas práticas de exclusão, apartação e segregação, atualmente, considera-se um dos campeões de desigualdade, mesmo assim, o resultado em algumas pesquisas eleva o país como um dos mais dinâmicos do mundo, com índices expressivos de desenvolvimento. Em relação ao desenvolvimento Lefebvre (1999) destaca a importância da indústria em anular a cidade e instala-se próximo a mão-de-obra, e a matéria prima. Se em algum momento buscou entrelaçar no tecido urbano, foram tentando buscar capital, e acesso de forma viável e barata suas mercadorias, movido por seus interesses, aumentando seus rendimentos consideravelmente. Em relação ao fortalecimento do indivíduo Silva (2003, p. 32), destaca:

O aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais evidencia a marginalização de significativa parcela da população brasileira, anuncia a necessidade, cada vez maior, da organização e mobilização social em defesa da democracia, do emprego e renda e dos direitos humanos.

A urbanização irregular para Davis (2006, p. 54 *apud* PETER WARD, 1990) é um bem provável que do ponto de vista ideológico configura as condições de moradia em áreas irregulares:

A heterogeneidade do assentamento irregular [...] debilita a reação ao dividir os assentamentos com base na obtenção da terra, o "estágio" da consolidação, as prioridades de serviço dos moradores, as estruturas de liderança comunitária, as classes sociais e, acima de tudo, as relações de posse (proprietários *versus* co-proprietários *versus* locatários). Essas divisões de posse multiplicam ainda mais os grupos a que pertencem as pessoas ou nos quais podem ser divididas.

Nessa perspectiva, Davis (2006), salienta ser na América Latina cada vez mais frequente os contratadores buscarem mão-de-obra barata, para trabalhos temporários nas favelas urbanas. Em relação a essa questão Rattner (1978, p. 20) afirmou "A cidade grande, ou metrópole "periférica", opera como ligação intermediária, canalizando o excedente econômico gerado na área periférica para o sistema central". Apesar de muitas indefinições, a perspectiva da cidade atual e futura segue estruturada em um modelo capitalista, influenciada e pressionada por seu poder, sua forma de organização social e política e pela deslocação da dimensão econômica.

Para Davis (2006), as mudanças da geografia dos países do Terceiro Mundo, cresceram tão depressa ocasionadas pelo padrão global de povoamento informal, na segunda metade do século XX, decorrentes da imigração rural, população está

que foi abrigada nas favelas nas décadas de 1950 e 1960, a democracia ainda continua sendo uma exceção e não regra, pois mesmo que tenham direito a exercer a democracia, raramente podem usufruir, são usadas varias formas de pressão para coagir o direito do cidadão.

Diante da ação severa do homem, sobre o ambiente pode-se perceber a estrutura urbana de bairros, com ocupações sem planejamento firmam-se em diferentes categorias, criando sistemas sociais e econômicos diferentes, pouco interligados, como destaca (RATTNER, 1978). Davis (2006, p. 77) salienta “[...] no Terceiro Mundo, a moradia pública e com auxílio estatal beneficiou principalmente as classes médias e as elites urbanas, que esperam pagar poucos tributos e receber alto nível de serviços municipais”.

Dentro desta visão, Rattner (1978), salienta ser o planejamento urbano a base, e a melhoria das relações sociais, bem como a construção e a reconstrução do espaço urbano.

O processo de favelização nos países do terceiro mundo e principalmente na America Latina, manifesta um cenário de desigualdades, espacialização da pobreza e principalmente de coação de milícias como destaca Davis (2006, p. 67):

Na América Latina, enquanto isso, a derrubada das ditaduras criou oportunidades temporárias de invasão e de ocupação de terras, ao mesmo tempo que as fortes rivalidades entre os guerrilheiros e a ameaça implícita de revolução forneciam aos imigrantes urbanos chances episódicas de trocar votos por terra e infra-estrutura.

Essa afirmação foi constatada na investigação realizada por (DAVIS 2006, p. 47) retratando ser comum os “invasores sejam coagidos a pagar propinas consideráveis a políticos, bandidos ou policiais para ter acesso aos terrenos, e podem continuar pagando esses “aluguéis” informais em dinheiro e/ou votos durante anos”.

Assim entendemos que, as favelas como os loteamentos irregulares, não podem ser analisados como um universo homogêneo, e sim como um recorte espacial possuindo diferentes representações para os moradores, ali residem e para a sociedade urbana. Através do processo de urbanização surgem importantes mudanças no meio social como destacou Rattner (1978, p. 6).

Aspectos negativos da “hiperurbanização”, tais como marginalização, instabilidade política e problemas de habitação, criados pela transferência descontrolada da população rural para as cidades; ou insiste,

eventualmente, em problemas de deterioração do espaço e ambiente físico e social, através da poluição do ar, água e de desperdício crescente de recursos naturais.

A configuração da cidade, no desenrolar das atividades sociais, pode apresentar, predominantemente, signos de regulação social, podendo causar problemas sérios, quanto a sua estrutura, muitas vezes condições com disparidades significativas ao desenvolvimento econômico (RATTNER, 1978).

Aparentemente, o dia-a-dia da realidade urbana está a mostrar ser cada vez mais frequente encontrar pessoas de todas as camadas sociais desfrutando prazerosamente de suas experiências de vida nos novos lugares oferecidos nas cidades contemporâneas, afastando qualquer ideia de unanimidade que se possa ter em relação a sua rejeição popular, em relação a isso os indicadores revelam:

Os indicadores da dimensão social avaliam a satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social. Eles abrangem os temas população; trabalho e rendimento; saúde; educação; habitação e segurança. Os dados do IDS 2012 apontaram avanços na maior parte dos 21 indicadores. *Entre as fragilidades, temos a permanência das desigualdades socioeconômicas e de gênero. Perto da metade dos indicadores aponta resultados favoráveis, parte deles com algum tipo de ressalva. Assim, a maioria dos poluentes do ar, em áreas urbanas, registrou tendência estacionária ou de declínio, mas os valores ainda são altos em algumas cidades e regiões metropolitanas, acima até dos padrões estabelecidos. Um dos maiores desafios é o do saneamento, cujos valores de coleta, destinação ou tratamento adequado de água, esgoto e lixo, em parte ainda baixos, interagindo com outros indicadores, apontam para consequências como persistência do elevado número de internações por doenças ligadas à falta de saneamento básico, mais comuns no Norte e no Nordeste*
(http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2161&id_pagina=1).

Os parques temáticos proliferam, os shoppings são já as novas praticas de convívio e de urbanidade das cidades. Os estudos apresentam a necessidade do ser humano em buscar prazer nas ações diárias, com essa preocupação em relação aos centros urbanos Lefebvre destaca (1999, p. 35) “não existe cidade, nem espaço urbano, sem jardim, sem parque, sem simulação da natureza, sem labirintos, sem evocação do oceano ou da floresta, sem árvores torturadas até tomarem formas estranhas, humanas e inumanas”, são aspectos fundamentais contidos no tecido urbano, e a falta de tais aspectos ocasiona a problemática urbana.

A problemática urbana não ocorre somente pela falta de parques, ou poluentes primários como saneamento básicos, mas sim pela soma destes, Figueiredo (2001, p. 15) destaca ser “A qualidade de vida da população, por sua vez

está intimamente ligada ao suprimento das necessidades humanas”. Nesse sentido partiremos então do pressuposto que, atualmente, persiste nos centros urbanos capitalistas esta mesma configuração dualista e historicamente característica das cidades tradicionais. A coexistência nas áreas centrais de um espaço produto, consumido por quem pode pagar por ele, e também do espaço como obra, fruto de apropriações, formas de uso diversas. Em relação a isso Rattner (1978, p. 12) ilustra:

A análise do crescimento econômico, num sistema de mercado mais ou menos concorrencial, contradiz a tendência esperada para o equilíbrio e maior equidade, e, ao tentarmos aplicar tal esquema à análise das relações entre nações, e não somente entre regiões ligadas por limites geográficos comuns, parece existir uma evidência clara de que as diferenças de renda e bem-estar se tornam atualmente maiores, ou em outras palavras, maiores disparidades são o resultado natural da dinâmica do processo de crescimento capitalista.

Desta forma, o planejamento não tem mais se voltado para projetos de cidades completas, mas, para o desenho de lugares que marcam o desenrolar da existência humana nesse ambiente urbano. Tal fenômeno urbano e as diferentes composições da sociedade urbana, relacionando as implicações, modificações, transformações e suas consequências (LEFEBVRE, 1999).

Assim, o antigo paradigma de traçarem-se os planos para uma cidade ideal vai sendo entendido, agora, como um novo paradigma, a propor o desenho dos lugares da cidade real. Esta cidade real é entendida a partir das consequências, dentro de um sistema socioeconômico (RATTNER, 1978). Desta forma, firma-se a ideia transmitida por Lefebvre (1999, p. 33) “O futuro iluminou o passado, o virtual permitiu examinar e situar o realizado”.

A paisagem urbana, esse espaço urbano, não é simplesmente o olhar é muito mais, é complexo e possui inúmeras perspectivas dependendo assim, de cada observador e do meio social a “sociedade” (LEFEBVRE, 1999). Ainda nesse sentido Lefebvre (1999, p. 46) destaca:

O urbano se define como lugar onde as pessoas tropeçam uma nas outras, encontram-se diante e num amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevistas.

Não há como separar o espaço urbano e o meio social, nas quais vivem gerações e existe uma historia apenas ambos os setores devem adaptar-se a novas

situações, buscando soluções, adequadas e coerentes, pois, a cidade se escreve nas ruas, muros, remetendo-se ao vivido de acordo com Lefebvre (1999, p. 115):

O urbano define-se também como justaposições e superposições de redes, acúmulo e reunião dessas redes, constituídas umas em função do território, outras em função da indústria, outras ainda em função de outros centros no tecido urbano.

De acordo com Villaça (2003), as cidades brasileiras possuem marcas, positivas e negativas. Em relação a tais problemas estão as desigualdades sociais.

Nossas cidades são hoje o *locus* da injustiça social e da exclusão brasileira. Nelas estão a marginalidade, a violência, a baixa escolaridade, o precário atendimento à saúde, as más condições de habitação e transporte e o meio ambiente degradado. Essa é a nova face da urbanização brasileira (VILLAÇA, 2003, p. 29).

A cidade é dividida por diversos fatores como ressalta Villaça (2003, p. 33) “O espaço urbano no Brasil desempenha um importante papel na produção e reprodução de toda desigualdade”. Essa desigualdade está expressa no cotidiano das famílias, bem como nos aspectos paisagísticos, acompanhando a estrutura do tecido urbano, Corrêa (2000) considera o espaço urbano capitalista se apresenta de forma fragmentada e articulada, reflexo e condicionante social, pois resulta de ações engendradas por agentes, associados aos diferentes usos da terra, consomem e produzem espaço. Trata-se de agentes sociais concretos que ao desenvolverem ações complexas levam à reorganização espacial.

É importante destacar que o tecido urbano vai sendo construído de acordo com os aspectos sociais e políticos, apoiada numa estratégia de “obtenção de lucro”, em muitas cidades podem verificar esse aspecto a cidade histórica e a cidade moderna, segundo Carlos e Carreras (2005, p. 89), “Na ausência de uma política urbana mais justa, agravada pela falta de recursos, o Brasil viu surgir situações aberrantes, entre uma região central relativamente bem dotada e periferias deploráveis”.

Nessa lógica, a cidade não pode ser concebida, como uma forma que se produz simplesmente, dentre as moradias, praças, ruas, ou simplesmente pela proximidade das moradias ou pelo simples amontoamento de população. Em relação a isso,

Ela é, antes de qualquer coisa, um tipo de associação entre pessoas, associação esta que é uma forma física e um conteúdo. [...] A cidade é uma

forma necessária a um certo gênero de associação humana, e suas mudanças morfológicas são condições para que esta associação se transforme (GOMES, 2002, p. 20).

Tal processo ocorre decorrente da articulação, o espaço urbe, ganha expressão por ser reflexo tanto de ações que se realizam hoje, como também das decisões decorrentes no passado, essa trajetória deixa marcas impressas nas formas espaciais futuras, a cidade diz respeito a vida do homem, em sociedade revelando essa problemática urbana, CORRÊA (1989, p. 8) declara, “O espaço urbano é reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas realizadas no passado, deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente”.

Por esse motivo, a habitação atualmente é um processo seletivo, muitas famílias não possuem renda para adquirir um imóvel, e nem pagar aluguel, existem inúmeras diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente.

O plano da habitação revela o nível do vivido, nesta direção, as relações sociais na metrópole podem ser lidas no plano da vida cotidiana, enquanto prática sócio-espacial concretizadas no modo como as pessoas se apropriam de um espaço fragmentado pelas estratégias dos empreendedores imobiliários, posto que a propriedade privada do solo urbano condiciona o uso à realização do valor de troca e é desta maneira que a casa apresenta-se como mercadoria (CARLOS, 2007, p. 93).

A partir deste enfoque, podemos testificar que as ocupações em solos urbanos, são palco de inúmeros aspectos, principalmente da sociedade capitalista, onde os grandes detentores do poder estão localizados no topo da pirâmide, enquanto os menos favorecidos estão centrados na base. Em relação a este aspecto Carlos (2005) salienta;

A cidade é descrita a partir de sua ocupação. O relacionamento do indivíduo com a cidade repousa na hierarquização social: o lugar onde se localiza a residência de um lado discrimina e adjetiva o habitante e de outro delimita seus contatos e relações com os outros (CARLOS, 2005, p. 25).

O recorte urbano edifica-se e desenha-se de forma desarmônica nas cidades brasileiras, a isso são atribuídas inúmeras formas de ocupação, esse uso diferenciado, demonstra que este espaço se constrói e se reconstrói, sendo produto da disparidade social (CARLOS, 2005).

A realidade urbana nos coloca diante de problemas cada vez mais complexos, além da má distribuição de renda, recursos urbanos de toda ordem, distribuídos de forma desigual, violência e criminalidade, temos também a falta de moradias dignas. Para Carlos e Carreras (2005, p. 64), “As habitações irregulares são, também, o espelho das desigualdades sociais das cidades brasileiras que, infelizmente, resultam em mortes de muitas pessoas por estarem em áreas de risco ou serem insalubres, tornando-se foco de propagação de doenças”.

Os aspectos urbanos nos possibilitam explorar realidades múltiplas. Segundo Santos (1995), vivemos uma condição de perplexidade diante de inúmeros dilemas nos mais diversos campos do saber e do viver.

Entretanto, conhecer a ocupação das cidades, requer um amplo conhecimento em diversas áreas, o ser humano procurar adequar-se a esse processo de urbanização as suas inúmeras características, de modo que os efeitos negativos sejam os mínimos possíveis. Para tal, estudo relacionado aos impactos pode amenizar o choque e influir decisivamente na melhoria da relação entre a sociedade e o espaço. Diante disto, o espaço geográfico compreende os aspectos naturais e sociais, sendo a geografia seu objeto de estudo, unindo-se a diversas áreas do conhecimento, bem como a meios digitais.

3 CAPÍTULO III – EXPANSÃO DA CIDADE E AS OCUPAÇÕES IRREGULARES NA CIDADE DE SANTA MARIA

A cidade de Santa Maria – RS, localiza-se na porção central do estado abrangendo uma área de 1788, 122 Km², com população de 261.031, e densidade demográfica 145,98 hab/Km², de acordo com o Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) – Censo 2010. Limita-se ao norte com os municípios de São Martinho da Serra, Itaara e Júlio de Castilhos; ao sul com Formigueiro, São Sepé e São Gabriel; a leste com Silveira Martins e Restinga Seca e a oeste com o município de São Gabriel e os municípios de São Pedro do Sul e Dilermando de Aguiar (Figura 1).



Figura 1 – Mapa de localização do município de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Dal'asta (2009).

Em seu contexto histórico Belém (1989), assegura que devido ao excessivo crescimento da malha urbana foi elevada a Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte, expandindo e elevando-se a Vila em 1857, desmembrando-se de Cachoeira do Sul, tornando-se possível a sua configuração política e após um ano de emancipação política inicia-se a demarcação da Vila, mas somente em 1861, começa a ser estruturada a primeira planta da rede urbana, aprovada em 1865. Com o crescimento os terrenos foram demarcados, e assim a rede urbana estruturava-se, recebendo a titulação de cidade em 06 de abril de 1896 (BELÉM, 1989).

O espaço público se trata de um produto possibilitador das relações sociais, considerando a cidade de Santa Maria, desempenha um papel intermediário ligando-se a outros centros urbanos, em razão do seu tamanho demográfico, qualifica-se como sendo de porte médio.

O espaço urbano da cidade de Santa Maria, a partir de seu reconhecimento, passou a receber infraestrutura, beneficiando a população com seus serviços de comércio, telégrafo, e com a inauguração da viação férrea, em 1885, ligando Santa Maria a outras cidades e a capital Porto Alegre. Bolfe (2003, p. 89) em seu estudo sobre as transformações do espaço na cidade de Santa Maria, considera:

No entorno da antiga estação ferroviária, materializam-se as formas da cidade daquela época, com algumas casas, sobrados e até edifícios que resistem ao tempo e contam a história da cidade. Uma presença marcante nessa região são os hotéis que serviam aos viajantes dos trens e que continuam a prestar serviço de hotelaria [...].

A cidade de Santa Maria em sua extensão espacial estruturou-se seguindo o mesmo contexto da maioria das cidades brasileiras, garantindo a exploração da metrópole enquanto as zonas rurais abasteciam-nas, o que denota a importância da zona rural para o abastecimento das grandes cidades. Ross (2001, p. 400) define as funções das cidades da seguinte forma:

Que é cidade? Um lugar de trocas. Trocas materiais antes de tudo: o lugar mais favorável à distribuição dos produtos da terra, à produção e distribuição dos produtos manufaturadas e industriais e, enfim ao consumo dos bens e serviço os mais diversos[].

A cidade é por excelência o lugar do poder administrativo, ele mesmo representativo do sistema econômico, social e político e é, igualmente o espaço privilegiado da função educadora e de um público bastante denso.

Podemos entender a cidade, pelas suas características de produção de bens e serviços é, também, percebida por suas características de produção de experiências humanas. Um dos principais desafios ao planejamento urbano e o desenvolvimento social, econômico e ambiental, de forma sustentável venha contribuir a uma qualidade de vida aos seus moradores.

Moura-fujimoto (2000, p. 55) *apud* (Medonça, 1995) destaca;

O uso do solo no âmbito das cidades no Brasil demonstra o quanto se retardou a discussão dos problemas relativos ao ambiente urbano; neste contexto a especulação fundiária cerceia cada vez mais o direito de moradia da população e promove o crescimento desordenado dos novos espaços urbanos, criados ou anexados.

Atraves destas diferenças vê-se a necessidade de refletir acerca da organização do espaço urbano, bem como suas transformações e situações adversas, onde cada indivíduo busca ser valorizado e valorizar seu entorno. A respeito ao desenvolvimento e a valorização desses espaços Carlos (1994) salienta: “O limite entre a cidade e o urbano, passa a ser entendido a partir da delimitação de trabalho materializado, visando uma totalidade espacial”. Semelhantemente refere-se (FIGUEIREDO, 2001, p. 19) *apud* (SANTOS, 1979).

O espaço deve ser visto como fruto das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante, num determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas. Ele é produzido concomitantemente ao processo de produção da existência humana. A sociedade ao mesmo tempo que produz sua existência, produz o espaço.

O estudo de Maricato (2001, p. 22), revela que através do “crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, ocorre quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação”. Nesse sentido Figueiredo (2008, p. 34), *apud* São Martino (1995), destaca:

A cidade pode ser definida como sendo a forma, a materialidade, ou seja, os prédios e construções, as ruas, os postes, etc... Já o urbano como sendo o conteúdo, as relações que se passam em tal materialidade”. Através da população, de forma indireta, podem-se medir estas relações, as quais diferem de uma cidade para outra, em função não só da população, mas também do nível de desenvolvimento econômico.

Bem conceituado por Maricato (2001, p. 153) quando afirma “a gigantesca ilegalidade e desigualdade presentes no uso e na ocupação do solo são

convenientemente ocultadas nas representações sociais no Brasil”. Ainda nesse sentido destaca a imagem das cidades brasileiras estando definitivamente associada à violência, à poluição, ao tráfego caótico, às enchentes, à desigualdade social, entre outros fatores (MARICATO, 2001). Tratando dos diversos problemas habitacionais Maricato (2001, p. 156) destaca:

A incrível desigualdade social no Brasil é uma construção que tem na aplicação arbitrária da lei além da concentração espacial da infraestrutura e serviços públicos, sua argamassa fundamental. [...] jamais o salário foi regulado pelo preço da moradia, mesmo no período desenvolvimentista a favela ou o lote ilegal combinado à autoconstrução da moradia foram parte integrante do crescimento urbano.

A situação atual no município de Santa Maria é caracterizada por apresentar precárias condições de vida à população periférica, principalmente em áreas de ocupações irregulares, e isso tem contribuído para o agravamento dos problemas sociais e ambientais. Essa expansão periférica ocorre de forma rápida intensificando-se nos últimos anos, por diversos motivos, mas principalmente pela falta de políticas públicas, que venha atender a população de baixo poder aquisitivo.

Atualmente, nós santa-marienses estamos vivenciando uma nova era, algumas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com recursos do governo Federal, destinados a Habitação, áreas de lazer, saúde, educação e pavimentação.

Muitas destas obras foram executadas, outras ainda estão esperando licitações, nesse sentido Maricato (2001, p. 44), nos coloca “as políticas de promoção pública também não suprem essa imensa demanda. [...] As consequências desse universo de construção, completamente desregulado, ignorado pelo Estado, são trágicas, dadas suas dimensões”.

A ação antrópica sobre o meio ambiente urbano pode provocar inúmeros problemas nesse sentido, Dalmolin; Azevedo; Pedron (2006, p. 13) *apud* Scheyer & Hipple (2005) enfatizam: “as alterações características nos solos do meio urbano dependem de vários fatores, como suas propriedades, sua condição natural e o tempo e intensidade de uso antrópico”.

[...] o solo, por ser um recurso natural lentamente renovável, deve ser utilizado conforme o seu potencial de uso, observando e respeitando suas limitações e fragilidades. O uso inadequado do recurso solo no meio urbano pode provocar problemas relacionados à compactação, erosão, poluição, inundação, deslizamento e transmissão de doenças (DALMOLIN; AZEVEDO; PEDRON, 2006, p. 12).

As modificações que ocorrem em solos urbanos afeta sua estrutura como também a porosidade, devido o movimento que se constitui o perfil topográfico, e conseqüentemente a circulação da água. Outro fator importante a ser destacado é a compactação deste solo, promove a redução da infiltração da água, causando o escoamento superficial, como conseqüência a erosão e inundação nos centros urbanos. Tais modificações ocorridas na maioria das vezes pelo ser humano têm causado no solo urbano problemas de ordem ambiental. Ao fim, essa má conservação faz com que este solo seja entendido como um causador de inúmeras doenças, representando risco à vida humana (DALMOLIN; AZEVEDO; PEDRON, 2006).

Entre as principais doenças disseminadas pelos solos urbanos podem ser citadas: ancilostomíase, ascaridíase, amebíase, cólera, diarreia infecciosa, disenteria bacilar, esquistossomose, estrogiloidíase, febre tifoide, febre paratifóide, salmonelose, teníase e cisticercose. Dalmolin; Azevedo; Pedron (2006, p. 21) *apud* (FUNASA, 1992).

Na maioria das vezes o crescimento nas cidades ocorreu de forma desorganizada, promovendo inúmeros processos negativos. A precariedade da forma de ocupação muitas vezes tem levado a população a inúmeros riscos a saúde como os apresentados no quadro abaixo.

Risco potencial a saúde

- inalação de poeira
- solubilização de elementos tóxicos e absorção pelas plantas
- contato com substancias perigosas em áreas de recreação

Propriedade químicas do solo que afetam os riscos relativos

- formas insolúveis fortemente adsorvidas de contaminantes
- reatividade das partículas de argila e matéria orgânica
- tamanho das partículas e água no espaço poroso do solo

Propriedades físicas do solo que afetam os riscos relativos

- drenagem
- infiltração e permeabilidade
- potencial de erosão e perdas de sedimentos
- tamanho das partículas e água no espaço poroso do solo

Quadro 1 – Representando os riscos a saúde devido ao uso inadequado do solo urbano.

Fonte: Dalmolin; Azevedo; Pedron (2006, p.22).

A ocupação desordenada do solo, ocorre devido a falta de estrutura na malha urbana, que demonstra a falta de planejamento, onde famílias humildes sem opção instalam-se em áreas sem nenhuma infraestrutura em relação a tais aspectos Figueiredo (2008, p. 54), *apud*, Acioly e Davidson (1998) salienta:

A gestão urbana visa garantir não somente a administração da cidade, como também a oferta dos serviços urbanos básicos e necessários para que a população e os vários agentes privados, públicos e comunitários, muitas vezes com interesses diametralmente opostos, possam desenvolver e maximizar suas vocações de forma harmoniosa.

A sociedade estrutura-se de forma gradual. Movimentos urbanos primeiramente dão origem aos bairros, vilas e posteriormente a cidade, acabam desenvolvendo-se a partir da própria sociedade sofrendo consequências diretas pelo desenvolvimento desigual. Ponto importante nesse contraste proporcionado pelo desenvolvimento desigual das cidades é a forma como o espaço urbano é ocupado. Essa ocupação depende de aspectos socioeconômicos da população. Em conformidade com as ideias de Carlos (2005, p. 38), “a paisagem não só é produto da história como também reproduz a história, a concepção que o homem tem e teve do morar do habitar, do trabalhar, do comer e do beber, enfim, do viver”.

A área urbana do município de Santa Maria é constituída por morros e diversos córregos, e a isso, aumenta a preocupação com a qualidade do meio urbano em relação às transformações das paisagens, por ser um município em expansão urbana acelerada e não planejada.

Tais relações nas cidades tornam-se cada vez mais complexas isso é devido a sociedade urbana não se importar com moldes assumidos em sua forma de desenvolvimento econômico. Assim as classes com maior poder aquisitivo ocupam locais de melhor localização e infraestrutura, já as classes de menor nível econômico acabam, deslocando para áreas periféricas.

Carlos (2005, p. 49) destaca que

é o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, baseados nos mecanismos de apropriação privada, em que o uso do solo é produto da condição geral do processo de produção da humanidade, que impõe uma determinada configuração do espaço urbano, segregadas a espaços de difícil acesso, com elevados índices de criminalidade e com pouca infraestrutura.

Nota-se então que, a história presente dentro das cidades esta desaparecendo e com isso vai se perdendo pouco a pouco a evolução do povo de

determinados locais, bairros com construções antigas, vão dando lugar a arquiteturas modernas. A respeito deste aspecto Carlos (2005, p. 58), aponta;

A história da paisagem urbana mostra os sinais do tempo que nela impregna suas profundas marcas. O mundo é produto do homem, da sociedade e, portanto o espaço produzido em cada momento será concretamente diferenciado. Podemos entender o mundo como sensível como produto do homem, resultado da atividade de várias gerações, cada uma ultrapassando a precedente e aperfeiçoando sua indústria, seu comércio, e com isso criando infinitamente novas formas.

Esse fato nos remete as relações do vivido e construído sendo o espaço urbano reflexo da ação e pensamento de uma sociedade, estando vinculado ao processo de desenvolvimento social, aspecto muitas vezes desconsiderado. Tal expansão é notória no município de Santa Maria, projetos e propostas para minimizar ocupação de áreas impróprias não acompanham o ritmo do progresso ou até mesmo vão ficando em segundo plano.

A expansão urbana ocorreu de forma rápida e intensa na cidade de Santa Maria, impulsionada pelas atividades econômicas, transformando o espaço urbano e assim modificando a paisagem local (Figura 2). Tal processo tende avançar áreas no entorno principalmente áreas ocupadas próximas aos morros, causando diversos problemas de ordem ambiental e social.

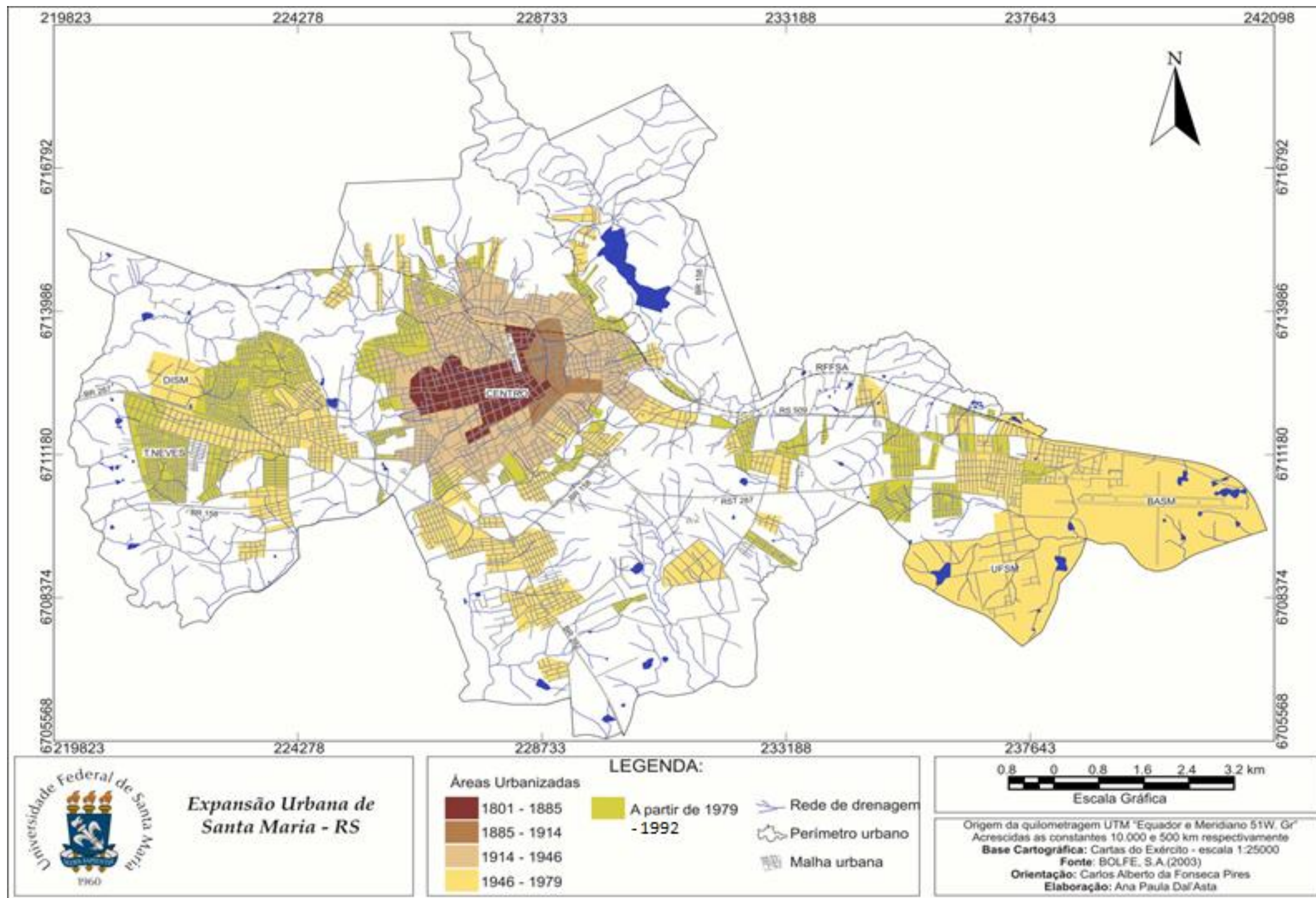


Figura 2 – Expansão Urbana de Santa Maria, RS.

Fonte: Dal'asta (2009).

A ocupação do município de Santa Maria ocorreu primeiramente na região central no período de 1801 a 1885 devido ao começo das atividades comerciais, expandindo-se até a região norte entre 1885 e 1914 por consequência da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) que crescia e aquecia o comércio nesta época. Entre 1914 e 1946 o crescimento ao redor da região central acentuou-se gradativamente. A região leste manifestou um crescimento acentuado entre 1946 e 1979 devido à fundação da Universidade Federal de Santa Maria e da Base Aérea de Santa Maria, nesta mesma época as regiões oeste e sul também acompanharam esta crescente expansão. Este mapa demonstra que a partir de 1979 o governo federal investiu na criação de COHABS, Tancredo Neves, Santa Marta e Fernando Ferrari. Consequentemente, essa região sofreu uma grande valorização imobiliária, intensificando mais acentuadamente as ocupações irregulares, pois para a população de baixa renda ficou inviável a aquisição de imóveis.

Em relação a isso, torna-se evidente, tais recursos não atendem a demanda total da população, sendo presenciados casos desumanos, de pessoas morando em áreas íngremes, falta de postos de saúde e principalmente médicos, crianças sem áreas de lazer a mercê do descaso dos órgãos responsáveis, e principalmente a falta de segurança diante da periculosidade das ruas.

As cidades médias brasileiras como neste caso estrutura-se a cidade de Santa Maria desempenha um papel importante no desenvolvimento urbano, sendo determinada por um crescimento populacional e econômico crescente nesse sentido Rodrigues (1991, p. 46) salienta, “as ocupações demonstram mais uma vez a busca do onde e do como morar implica a luta pela sobrevivência, pela cidadania, uma capacidade de resistência, desmistifica o mito da apatia dos trabalhadores”. Esse “processo de expansão das cidades leva gradativamente à incorporação de novas áreas, à criação de novos centros, ao aparecimento das zonas ditas deterioradas e à modificação de uso dos imóveis” (RODRIGUES, 1991, p. 47).

Santa Maria como a maioria das cidades brasileiras é uma cidade capitalista excludente onde somente aqueles que buscam algum meio de sobrevivência podem usufruir dos bens que pode oferecer. Nessas circunstâncias, Silva (2003, p.33) atenta para o fato de que “a ausência de uma política habitacional abrangente gera um número expressivo de “sem teto”, população de rua e áreas de risco, acentuando os problemas ambientais urbanos”.

Assim, a constituição de assentamentos irregulares é uma forma de materialização do espaço e de lutas entre as classes, nesse sentido Pillar (2009, p. 42 *apud* URRUTIA, 2002), afirma,

A configuração atual de Santa Maria é consequência da falta de planejamento, da especulação imobiliária e do crescimento demográfico desordenado ocorrido a partir da década de 1960, com a instalação da Universidade Federal, da base aérea e das unidades militares do exército, destacando o município nas atividades educacionais, militares e hospitalares da região.

Dentre alguns dos problemas urbanos característicos na cidade de Santa Maria destacam-se as ocupações irregulares, o Mapa Temático dos Loteamentos Irregulares (Figura 3) cedido para este trabalho denota um percentual alto contendo 85 áreas irregulares, em (2011) necessitando ser legalizadas.

O mapa aqui apresentado registra os seguintes limites das ocupações irregulares no município de Santa Maria, ao norte temos as ocupações nas Vilas: Brasília, Cerro Azul, Nossa Senhora do Trabalho, Itagiba, Passo do Weber, Bela Vista, Canário, Monumento ao Ferroviário, Travessa Espíndola, Pires, Beco Otávio, Salgado Filho, São Rafael, Tiarajú, Kennedy, Bortola; ao Sul, a Urlândia, Santos, Lorenzi, Altos do Lorenzi, Severo, Esperança, Candida Vargas, Loteamento Céu Azul, Vila Tomaz; a leste a, Pantaleão, Lixão, Km 3, Bilibio, Favarin, Loteamento Barroso, Antônio Figueiredo do Amaral, Presidente, Sgto. Dorneles, Diácono Pozzobon, Cohab Fernando Ferrari, Vila Jardim, Beco do Beijo, Vila Aparício de Moraes, Desmembramento ao lado da Coahb Fernando Ferrari, Monfordine, Sgto. Dorneles, Sgto. Dorneles 2, Sgto. Dorneles 3, Floresta, Palmares, Junto a Shirmer, Junto a Shirmer 2, Vitório Rossato, Santa Brigida; a Oeste, Odete Silva de Freitas, Canaã I, Piratini, São Serafim, Rádio Guarathan, Cauduro, Loteamento Querência, Natal, Chaminé, Km 2, Bela União, Portão Branco, Oliveira, Área de Risco Renascença, Jockey, Prado, Ecologia, Canaã II, Alto da Boa Vista, Marista, Sete de Dezembro, Dez de Outubro, Dezoito de Setembro, Pôr do Sol, Núcleo Central, Vila Rossi; na região nordeste tense, as ocupações na Ponte Seca, Nova, Pércio Reis, Linha Velha da Fronteira, Linha Velha POA, Beco da Tela, Montanha Russa, Nossa Senhora Aparecida, Vila Bürguer; e finalmente na região Central a ocupação na Gare.

Segundo Dal'asta, Reckziegel e Robaina (2005, p. 2) *apud* Robaina et al (2001), na cidade de Santa Maria as áreas de risco geomorfológico encontram-se

relacionadas a três processos: as áreas sujeitas aos processos de dinâmica fluvial, como é o caso das inundações, dos alagamentos e das erosões de margem, associadas às bacias hidrográficas dos arroios Cadena, Ferreira e Vacacaí Mirim; as ocupações estabelecidas nas encostas da Serra Geral, na porção norte da cidade, que estão sujeitas a movimentos de massa; e as ocupações junto às cabeceiras de drenagem dos arroios Cadena e Ferreira, onde ocorrem processos erosivos acelerados, com ocorrência de voçorocas próximas à moradias, diminuindo drasticamente a qualidade de vida da população.

Em relação a essas ocupações, constata-se o crescimento urbano desordenado, tem-se manifestado de forma intensa no município, necessitando de políticas públicas urgentes, bem como a responsabilidade da população em arcar com compromissos de escolherem caminhos, que venham auxiliar nossos governantes, no cumprimento das leis.

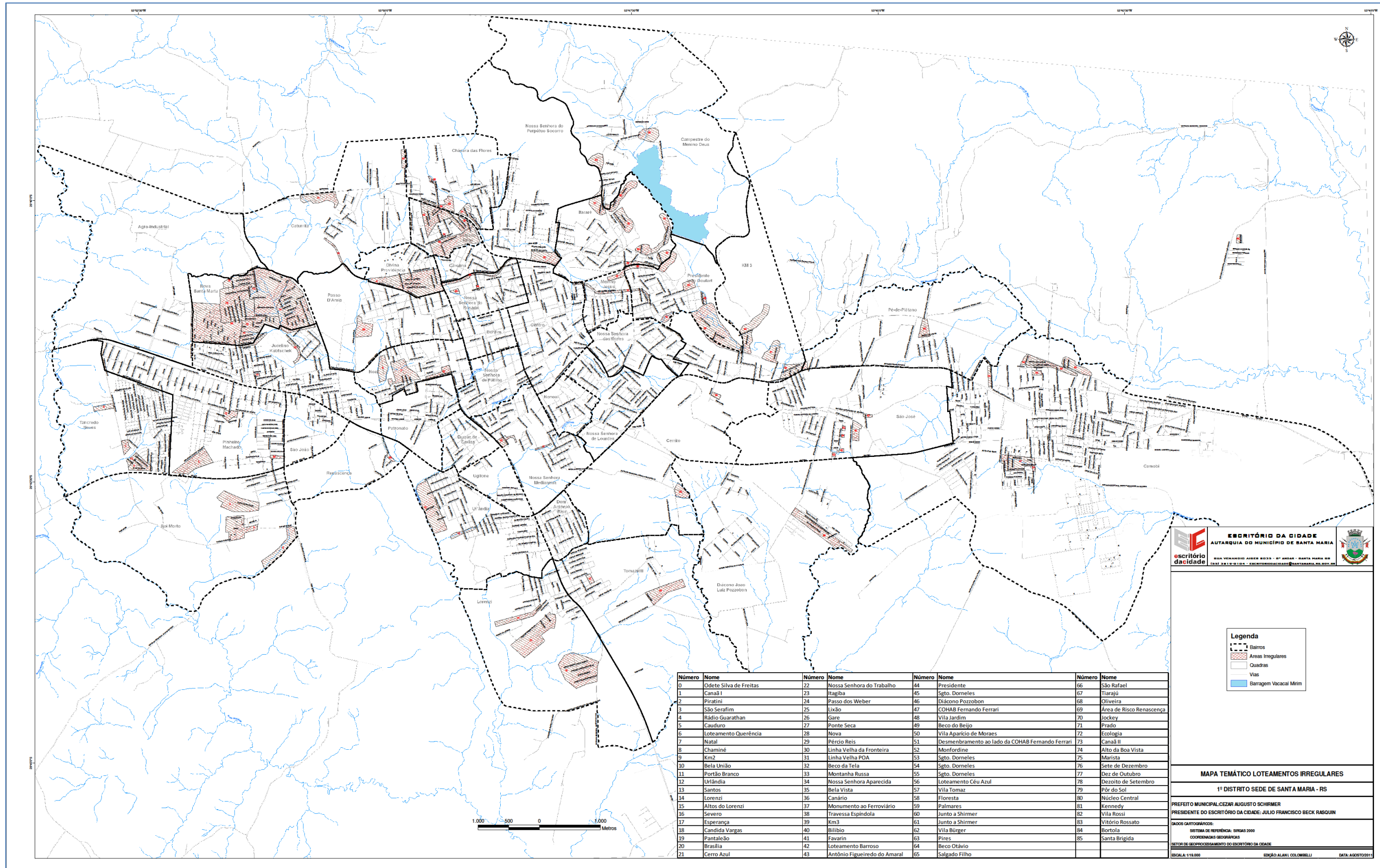


Figura 3 – Mapa de ocupação irregular da cidade de Santa Maria em 2011.

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria, RS.

Isso é um reflexo direto, nas quais as verbas municipais não suprem a demanda dessas ocupações. Neste sentido a elaboração deste mapa tem por finalidade a reestruturação desses assentamentos clandestinos, infelizmente marcados por precárias condições de moradia, ausência de saneamento básico, venda de entorpecentes, ausência de área verde para a realização de atividade física, dentre outros problemas característicos de um processo crescente da sociedade capitalista. Em relação a esta carência, Pillar destaca que (2009, p. 43 *apud* BOLFE, 1997),

a expansão dos assentamentos urbanos em Santa Maria, traz consequências, como a dificuldade do poder público em atender as necessidades básicas em termos de infraestrutura e equipamentos. Num primeiro momento, as pessoas se instalam de forma irregular e, mais tarde, diante da problemática gerada pela invasão e/ou Ocupação, as reivindicações lentamente serão resolvidas.

No estudo de Pillar (2009), a região Oeste da cidade de Santa Maria recebeu grande adensamento populacional, sendo visível a instauração de vínculo ao desenvolvimento como o comércio e a prestação de serviço, valorizando esses espaços tornando-os propensos a especulação imobiliária. Em relação a isso (CARLOS, 1994, p. 61) afirma, “o valor do uso do espaço modifica-se com o desenvolvimento do processo urbano de maneira que os usos residenciais se redefinem”.

Dentre os principais fatores que contribuíram com a ocupação da Fazenda Nova Santa Marta, destacam-se a falta de políticas públicas, aluguéis abusivos, bem como a falta de emprego. Referindo-se a maior ocupação irregular do município de Santa Maria, Pillar (2009, p. 43) atesta que,

no caso da Nova Santa Marta, que se tornou bairro através da Lei Complementar nº. 42/20066, segundo o artigo nº. 49 parece ter sido bastante válida a Ocupação irregular da área há dezoito anos, pois os moradores em conjunto com os movimentos sociais têm garantido junto ao Programa de Aceleração do Crescimento obras de infraestrutura e saneamento básico para o local.

A articulação do espaço deve estar em conformidades em seus múltiplos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais e outros, desta forma, conforme Carlos (1992),

A sociedade e o espaço não podem ser vistos desvinculadamente, pois a cada estágio do desenvolvimento da sociedade, corresponderá um estágio do desenvolvimento da produção espacial. [...] o espaço construído ou

geográfico não é estático, mas uma produção humana contínua, um fazer incessante.

Em virtude disso, uma fiscalização eficiente deve coibir o aumento de áreas ocupadas de forma irregular em lugares inadequados, mas mesmo assim muitas vezes não resolve os problemas sociais e ambientais. De qualquer maneira o artigo Art.135 do Plano de Expansão e Desenvolvimento Urbano de Santa Maria - prevê que o desenvolvimento urbano deverá ser executado pelo Poder Público Municipal conforme diretrizes fixadas em Lei através do Plano de Expansão e Desenvolvimento Urbano de Santa Maria. Dentre tais ações previstas estão incluídas como direito do cidadão moradia, transporte, saneamento, energia, iluminação pública, educação, cultura, lazer e segurança, bem como a preservação dos patrimônios ambiental, cultural, artístico e paisagístico (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS, 2004).

3.1 Riscos ambientais na cidade de Santa Maria

A dinâmica espacial urbana capitalista da cidade de Santa Maria impulsiona a ocupação irregular em áreas frágeis, a qual resulta em processos negativos, como o caso de desmoronamentos e deslizamentos de terras em áreas de encostas de morros ocasionando sérios problemas sociais, econômicos e ambientais, e, com isso, perdas de vidas humanas. Em relação a isso, destaca Carlos;

Enchentes, erosões, deslizamentos, poluição das águas e do ar, bem como a diminuição da cobertura vegetal, atingem o cotidiano da população, afetando diferencialmente os setores mais pobres. A falta de alternativas de moradia popular e de lotes urbanos a preços acessíveis, particularmente nas grandes cidades, forçou os grupos mais pobres da população a ocupar ilegalmente espaços impróprios para assentamentos como encostas íngremes, várzeas inundáveis, beira de rios e cursos d'água, áreas de proteção de mananciais, áreas de risco para o tipo de moradia precária dessa população, risco agravado pela ausência de infra-estrutura (CARLOS, 2001, p. 38).

À distância das áreas centrais dificulta o acesso dessa população aos serviços de saúde e educação, e as periferias atendem precariamente suas necessidades básicas de abastecimento de água, luz, esgoto e transportes públicos.

É válido ressaltar que a expansão da população urbana para áreas de periferia é ocasionada pelos menores valores dos terrenos, das moradias e dos aluguéis.

O crescimento da cidade de Santa Maria deu-se de forma irregular, desestruturada transformando a paisagem geográfica, e com isso esse meio urbe, sofre constantes modificações em sua estrutura diariamente. Nesta ideia Oliveira et al. (2006, p. 36) evidenciam;

O processo de expansão do espaço construído na cidade de Santa Maria vem intensificando-se nos últimos 30 anos, aliado a uma forte segregação urbana que vem provocando a ocupação de áreas onde as condições ambientais são inadequadas para o estabelecimento de moradias.

A cidade de Santa Maria, não possui um polo industrial, devido a sua posição geográfica, com isso o processo urbano cresce visivelmente vitimando sua população, sofre com má estrutura, sendo visível à formação periférica, em seu contorno. Como destaca Maricato (2001), o espaço urbano privilegiado da especulação imobiliária e a onde concentra-se os investimentos públicos, ali vai se construir uma nova centralidade formada pelas redes de corporações multinacionais como os *shopping centers*, edifícios, condomínios fechados, etc..

O modo como se urbanizou a cidade de Santa Maria permite o surgimento de áreas periféricas, e são nelas, que se podem constatar os maiores impactos ambientais e sociais dentro da cidade “além da predação do ambiente construído, outra característica dos bairros de moradia pobre são os altos índices de violência, medida pelo número de homicídios” (MARICATO, 2001, p. 157).

Pode-se perceber a má estrutura nestes locais, pois não existe áreas verdes para atividades de lazer, as crianças brincam na rua, constantemente inundada pela água da chuva misturada aos dejetos. Com essa preocupação foi realizada a pesquisa sobre a qualidade ambiental no município de Santa Maria, uma das questões do questionário era para o entrevistado atribuir nota, de zero a dez, para a qualidade ambiental neste centro urbano.

18% dos entrevistados deram nota zero para a qualidade ambiental da cidade; 43% deram 2,5 (dois e meio); 33% atribuíram nota 5,0 (cinco); 5% deram nota 7,5 (sete e meio); e somente 1% diz que a qualidade ambiental de Santa Maira vale nota dez (CARDOZO, p. 44, 2012).

Em relação a esta situação Maricato (2001), afirma ser cada vez mais insustentável o comprometimento ambiental com a qualidade de vida da população

residente nos centros urbanos, governantes seguem práticas políticas arcaicas, encobrendo as favelas, e áreas irregulares da cidade.

Essa perda de qualidade de vida está atribuída a todas as pessoas independente da classe social, mas principalmente a população carente, novas atitudes do homem perante a natureza são necessárias, porque, direta ou indiretamente, estamos causando a degradação ambiental e como consequência a perda de qualidade de vida da sociedade como um todo, comprometendo o futuro das novas gerações.

3.2 Qualidade de vida nas cidades

A dificuldade em atingir um patamar de conforto em relação ao planejamento urbano é difícil, pois as esferas do poder (federal, estadual e municipal) muitas vezes não visam decisões conjuntas, Moura-fujimoto (2000, p. 61) afirma, “a urbanização apresenta-se como um desafio para muitos pesquisadores, pois a concentração humana e as atividades a ela relacionadas provocam uma ruptura do funcionamento do ambiente natural”. Em relação a busca por ambientes “saudáveis” que apresentem uma melhor qualidade de vida o morador urbano busca ambientes agradáveis, pois, frequentemente sofre com vários impactos decorrente da expansão urbana desenfreada.

A planificación del desarrollo urbano constituye un valioso instrumento para mejorar la calidad de vida de nuestras ciudades. A través de este proceso se intenta orientar la ocupación del espacio físico por las actividades económicas y sociales propias del medio urbano, en armonía con los valores ambientales y para beneficio de las comunidades (FIGUEIREDO, 2001, p. 29) *apud* (BRAVO, 1997).

Sabe-se que o crescimento urbano em Santa Maria, tem causado graves problemas ambientais e sociais, mas mesmo assim, existe qualidade de vida na população residente, com seus mais de 300 mil habitantes, se comparar a outros centros urbanos. Em relação a isto Figueiredo (2008, p. 63), *apud* Herculano (2000) propõe um conceito de qualidade de vida de forma ampla:

A soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos

para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higiene ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como preservação de ecossistemas naturais.

Nota-se que mesmo com a existência de um plano diretor efetivo, existe a falta de agente que fiscalize e cuide desta questão no município. É importante destacar que na cidade de Santa Maria, não existe favela, pois considera-se favela a concentração de, no mínimo 50 casas desordenadas sem ruas, nem marcação de terrenos, em precárias condições como destaca (FIGUEIREDO, 2001).

A ocupação urbana deve ser repensada, a demanda sobressai priorizando alguns bairros, e deixando desassistida a camada mais pobre da população. Vale ressaltar que em relação a ciência geográfica a cidade, tem sido analisada enquanto real numa perspectiva da realidade vivida, onde, o ser humano é produto de sua história (CARLOS, 1994).

Sendo assim;

[...] a cidade é o elemento em torno do qual se organizam as regiões; onde a centralidade é vista pela avaliação do agrupamento urbano funcional, cuja ação em relação aos outros espaços se exerce pela sua polarização; e a importância do centro vai ser analisada pelo volume de seu setor terciário (CARLOS, 1994, p. 162).

Os serviços de uso comunitário, como os de infraestrutura urbana, quando existem são considerados limitantes para o desenvolvimento, e as características do ambiente devem ser consideradas. No caso dos loteamentos ou mesmo em ocupações irregulares, os fatores são diversos, sendo necessária uma avaliação imediata, visando a preservação do meio ambiente, bem como uma postura ética e social. Em relação a esses fatores;

Las diferencias en las condiciones de vida de una determinada sociedad tiene sus raíces en las estructuras mismas de dicha sociedad. Por tanto, muchas de las causas, consecuencias y manifestaciones de las desigualdades son en esencia estructurales y no de naturaleza espacial [...]. Sin embargo el problema de las desigualdades debe verse de manera integral y sin dejar de lado ninguna de sus dimensiones: económica, social, política y espacial (FIGUEIREDO, 2001, p. 22 *apud* Díaz 1985).

Figueiredo (2008, p. 56), asseverou que “a qualidade de vida nas cidades pode ser entendida como o nível de bem-estar individual ou coletivo, determinado

não apenas pela satisfação das necessidades básicas, mas também pela percepção do espaço onde se vive”.

Em seu processo histórico de ocupação os espaços urbanos, as cidades, são movidas pela segregação de classes, falta de sentimentos afetivos e sensibilidade, autoritarismo e violência extrema, características marcantes e que permanecem.

4 CAPÍTULO IV – PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS PELA MORADIA IRREGULAR NO BAIRRO NOVA SANTA MARTA

A área de estudo integra-se no espaço urbano da cidade de Santa Maria, fazendo parte da extensão do conjunto habitacional da Cohab Santa Marta, limitando-se também com a Vila Prado, o Hipódromo Passo da Areia e a Vila Jóquei Clube no Bairro Juscelino Kubitschek, localizada na porção norte/noroeste da cidade de Santa Maria, abrangendo os 7 loteamentos da Bairro Nova Santa Marta, entre as coordenadas geográficas 29° 41'25" de latitude Sul e 53°48'42" de longitude Oeste, estando localizada no centro geográfico do estado do Rio Grande do Sul.

Mais especificamente, o Loteamento Alto da Boa Vista, limita-se ao oeste com a antiga Estrada da Caturrita; ao sul, com a Vila Jóquei Clube e ao leste com uma sanga afluente do Arroio Cadena; e ao noroeste com a Rua 10 deste loteamento; o Loteamento Dez de Outubro, limita-se ao norte com a Vila Sete de Dezembro; ao sudeste do Hipódromo do Passo D'Areia; ao sul, com a Vila Prado e ao leste com o prolongamento da Rua das Amoreiras; Loteamento Dezoito de Abril, localiza-se ao norte do Loteamento Pôr do Sol; Loteamento Marista, localiza-se a sudeste do Loteamento Alto da Boa Vista, ao leste dos Loteamentos Dezoito de Abril e Pôr do Sol e ao oeste da antiga estrada da Caturrita; Loteamento Núcleo Central, limita ao norte com o Conjunto Habitacional Santa Marta; ao oeste, com as Vilas Pôr do Sol, Sete de Dezembro e Dez de Outubro e ao leste com o Distrito Industrial; Loteamento Sete de Dezembro, limita ao norte com o Hipódromo do Passo D'Areia e Vila Dez de Outubro; ao leste, com o prolongamento da Rua das Amoreiras da Vila Prado e ao oeste com a Vila Alto da Boa Vista; e finalmente o Loteamento Pôr do Sol, limita ao oeste com a Vila Central, ao norte com a Vila Dezoito de Abril e ao sul com a Vila Sete de Dezembro.

Conforme Scherer e Cardoso (2005), a região da Nova Santa Marta surgiu de uma ocupação em dezembro de 1991 por integrantes do MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), esse conjunto residencial reúne várias vilas da região oeste conhecida como Sem-Teto.

De acordo com Scherer e Cardoso (2005, p. 2),

A Nova Santa Marta é um conjunto de 7 vilas, que se localiza na Zona Oeste da cidade de Santa Maria e chama-se Nova Santa Marta, conhecida como Cohab Santa Marta....constitui-se hoje em uma comunidade de aproximadamente 21 mil moradores, os quais, com muita luta e resistência, vivem em suas casas próprias.

A população da Nova Santa Marta, em seu processo histórico, vem sofrendo com o abandono das políticas públicas, onde as desigualdades sociais estão presentes no decorrer dos anos. Segundo Garcia (2006, p. 23 *apud* Weber, 2000):

A ocupação desordenada da Fazenda Nova Santa Marta causou uma acelerada degradação ambiental, fruto de um projeto político, econômico, social e cultural. Os atuais ocupantes, possuem um local para morar, porém, sem as mínimas condições para uma boa qualidade de vida. Conseqüentemente, a proliferação de doenças, aumento da violência e perspectivas remotas de soluções a curto prazo.

Hoje uma área totalmente urbanizada, Segundo Scherer (2005, p. 33), “[...] uma imensa área do estado, que não cumpria sua função social [...] famílias sofreram muito, pois tiveram que conviver por um ano em barracas de lonas, enfrentando situações de risco, devido às condições do tempo e repressões do estado”.

Em uma sociedade de diferentes classes sociais as ocorrências das invasões ou ocupações irregulares em áreas periféricas, vêm sendo intensificadas reestruturando uma nova paisagem urbana. Nesta perspectiva, ressaltam-se três aspectos importantes de como se estruturou o Bairro Nova Santa Marta, na (Figura 4) o esboço da estrutura da distribuição das vilas no Bairro.



Figura 4 – Distribuição das vilas do bairro Nova Santa Marta.

Fonte: Scherer, (2008).

Entre 1990, de acordo com os estudos apresentados por Scherer e Cardoso (2005, p. 1), a área onde hoje é a região do Bairro Nova Santa Marta, era parte de uma fazenda que possuía uma área de aproximadamente 1,2 mil hectares, pertencente aos irmãos Ermindo e Gentil Carlesso, ambos naturais e residentes em Alegrete, que vinham à fazenda só para ver a criação de gado. Nesse contexto, Scherer e Cardoso (2005) salientam o quanto foi importante a desapropriação desta área para o Governo Federal, em 1981, pois nesta área iria ser construído um conjunto habitacional, mas não havendo a execução em cinco anos do projeto, o dinheiro foi repassado novamente aos cofres públicos, sendo presenciado o descaso com a questão habitacional na cidade de Santa Maria.

Em uma segunda etapa em (1991), a formação espacial, desestruturou o ambiente, deu-se lugar à invasão desordenada conhecida como “sem-teto”, pois o acampamento em sua maioria foi composto por barracas, “casas provisórias”, improvisadas com lonas pretas e também outros materiais diversos, suportando as mudanças de temperaturas. Nas palavras de Garcia (2006, p. 23 *apud* Figueiró et al., 2001):

A crescente demanda habitacional do município de Santa Maria e dos municípios vizinhos, cujas administrações chegam até mesmo a contratar veículos para “despejar” parte da sua população excluída na área da fazenda Santa Marta, transferindo assim uma parcela dos seus déficits habitacionais, tem elevado o processo de ocupação.

A partir de 1992, deu-se a concretização da rede urbana, ocorrendo de forma desestruturada, sendo visível o descaso dos órgãos municipais, de nossa cidade. A Fazenda Santa Marta passou a ser ocupada sofrendo com um processo intenso de ocupação realidade bastante diversificada, de forma caótica no meio do campo (Figura 5), sem nenhuma forma de infra-estrutura (GARCIA, 2006 *apud* FIGUEIRÓ et al., 2001).



Figura 5 – Início da ocupação em 1992.

Fonte: <http://comunidadenovasantamarta.blogspot.com.br/search/label/Ano%20de%201992>

Scherer e Cardoso (2005) afirmam que o repasse foi feito a (COHAB), sendo que em 1981 foram construídas 872 habitações, hoje sendo conhecida como COHAB Santa Marta, mas em cinco anos o restante das casas não foi construído retornando a verba ao Estado.

Observa-se a partir da (Figura 6) o processo de ocupação antes e após o ano de 1985 e como esta a ocupação nos dias atuais (Figura 7). Portanto, cabe ressaltar que para se ter um crescimento estruturado nos centros urbanos faz-se necessária uma infraestrutura adequada, protegendo os recursos hídricos, realizando tratamento para os esgotos que são liberados na natureza, fazer a limpeza das tubulações desobstruindo o lixo acumulado. Nesse sentido, é fundamental uma estrutura de curto prazo, para não aumentar as ocupações irregulares, a fim de evitar o crescimento dos desastres ambientais, através da poluição e contaminação do solo, deslizamento de encostas e morros, alagamentos ocasionados pelas enxurradas etc...

Analisando os estudos já realizados, no Bairro Nova Santa Marta, é evidente as diferenças sociais e econômicas, tendo como reflexo uma sociedade proveniente de um processo de êxodo rural.

Scherer e Cardoso (2005) afirmam que a ocupação ocorreu em dezembro de 1991. Ainda, nesse sentido, Carlos (1994, p. 29) nos coloca que “a geografia da paisagem testemunha tão bem da ordem que a constrói mesmo quando não existe. A ordem das paisagens é, às vezes, somente uma ficção, pois as formas e funções descritas mascaram toda a desordem gerada pelas injustiças”.



Figura 6 – Evolução do Bairro Nova Santa Marta, antes da ocupação (1985) e depois da ocupação.

Fonte: Cardozo (2010).

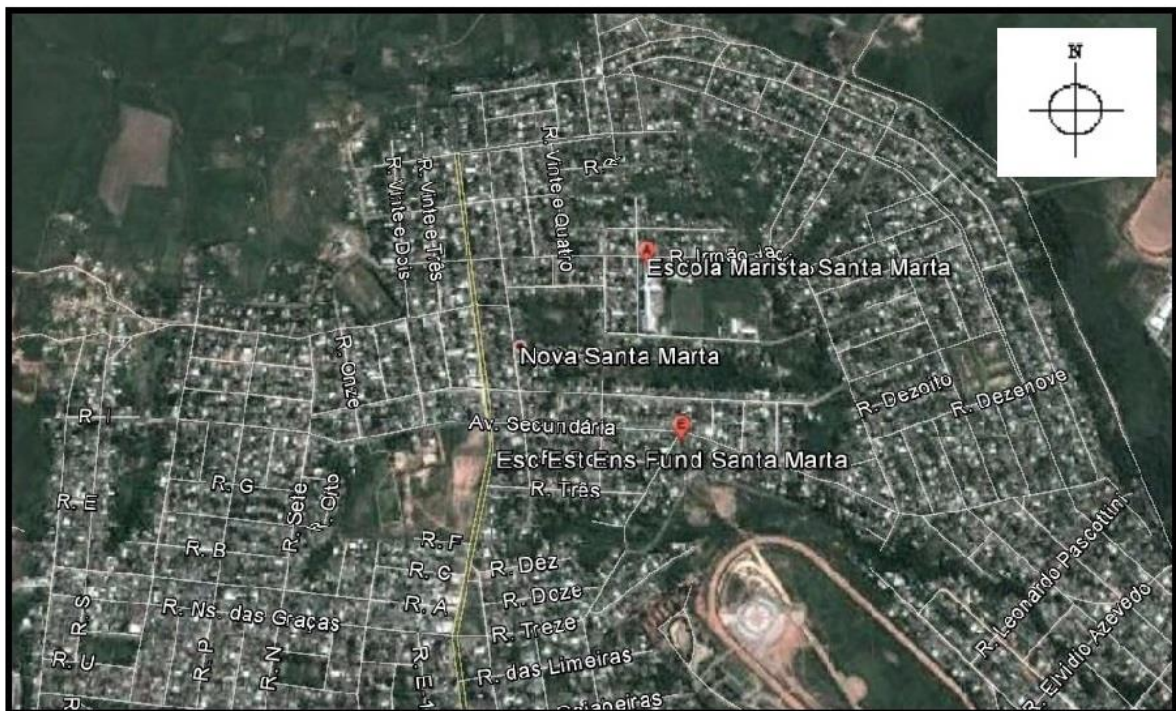


Figura 7 – Área atualmente ocupada do Bairro Nova Santa Marta.

Fonte: Google Earth, 2013.

Carlos afirma (1994, p. 175) que, as diferentes classes sociais atuam na organização do espaço, e a organização estabelecida age nas condições de vida das pessoas que trabalham, moram ou se relacionam com esse espaço. Essa organização interage com as relações sociais, sempre com objetivo de agilizar a circulação e incrementar ainda mais a acumulação do capital.

Diante deste aspecto, Corrêa (2006, p. 37) salienta que a “circulação do valor excedente e que assume características próprias à estrutura do capitalismo”. Em relação a esta forma capitalista as redes urbanas possuem diferentes padrões, tanto no processo de participação como na apropriação e circulação de valores (CORRÊA 2006).

A rede urbana, em razão da fixidez e da refuncionalização, tendem a exibir, muito mais que o mundo agrário (CORRÊA, 2006, p. 280). Referindo-se ao processo urbano Corrêa (2006) nos diz que as ações no ambiente transformam-se sendo verificadas e introduzidas pelo homem, sendo agente no processo produtivo ou destrutivo daquele ambiente.

Tratando dos diversos problemas habitacionais, Santos (1996) afirma que o orçamento urbano não cresce com o mesmo ritmo com que surgem as novas

necessidades, tornando-se incapaz de resolver o problema da habitação, empurrando a maioria da população para áreas periféricas, empobrecendo ainda mais a população carente. A expansão geográfica das cidades, sobretudo nos períodos mais recentes revela uma crescente associação com a pobreza, sobretudo as grandes cidades, pois o campo moderno repele os pobres, deslocando-se cada vez mais para os centros urbanos.

A tabela 1 apresenta a população total do município de Santa Maria, assim como a população do Bairro Nova Santa Marta, bem como a divisão por sexo no censo de 2010.

Tabela 1 – População residente por situação de domicílio e sexo, no município de Santa Maria, e no Bairro Nova Santa Marta no ano de 2010.

População Urbana					
Santa Maria - RS			Nova Santa Marta - Santa Maria - RS		
Homem	117.104	47,15%	Homem	6.261	49,21%
Mulher	131.243	52,85%	Mulher	6.461	50,79%
Total	248.347	100%	Total	12.722	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.
Org.: Sandra Beatriz de Andrade Cardozo

Através da tabela 1, pode-se observar a predominância das mulheres na população total do município. Essa questão também é observada na área em estudo, o número de mulheres é maior do que o número de homens, esse fenômeno tem sido constatado num certo número de municípios gaúchos, especialmente naqueles de menor dimensão demográfica, porque as mulheres migram para a cidade em busca de melhor escolarização e trabalho. Santa Maria é um importante pólo formador, possuindo inúmeras escolas de nível Fundamental e Médio, Centros educacionais, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e outras 07 faculdades particulares, diante desses fatores, Santa Maria é considerada uma cidade com atrativos importantes para acolher diferentes perfis da população, que se deslocam temporariamente, ou se mudam definitivamente para o município. Na área

em estudo existem três escolas (Escola Marista Santa Marta – Ensino fundamental, fundada em 1988; Escola Municipal Adelmo Simas Genro – Ensino Fundamental, fundada em 2003 e a Escola Estadual de Ensino Médio Santa Marta – Ensino Médio Politécnico e EJA, Fundada em 2001).

Em Santa Maria, há um conjunto de ações que desencadeiam tais processos característicos de risco, um deles é a ocupação irregular, tão presente no cotidiano dos Santamarienses. Outro importante fator a ser destacado é o meio físico-natural e socioeconômico, a necessidade de um lugar para alocar sua família. Neste critério, não se leva em consideração o lugar, mas a necessidade, a única opção viável e acessível para a população desprovida da cidade. do ponto de vista físico a Nova Santa Marta, apresenta áreas de risco consideradas impróprias para a construção de moradias (Figura 8), alguns terrenos possuem alta declividade, podendo ocorrer desmoronamentos, o solo possui pouca cobertura vegetal. A construção de ruas e avenidas sem planejamento acelerou esse processo de degradação ambiental.



Figura 8 – Residência construída em lugar inadequado na Vila alto da Boa vista.

Fonte: Trabalho de campo, setembro, 2013.

Org: Sandra Beatriz de Andrade Cardozo.

A falta de planejamento, no município de Santa Maria, tem levado famílias inteiras a inserir-se em áreas verdes, ou mesmo particulares, mesmo em lugares com topografias acidentadas impróprias para construção de casas. Tal aspecto

decorre de um processo de urbanização crescente, característico das cidades brasileiras, essa consequente evolução da marcha urbana, visa o desenvolvimento a qualquer preço. Pesquisa para legalizar definitivamente está área, e outras ocupações estão sendo elaboradas pelo município, mas poucas ações diretas são diagnosticadas.

Em um contexto urbano, “áreas de risco de enchentes e inundação são os terrenos marginais a cursos d’água ocupados por núcleos habitacionais precários sujeitos ao impacto direto desses fenômenos” (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, p. 29, 2006).

A falta de estrutura no Bairro Nova Santa Marta, ao receber tamanha quantidade de população acarretou a transformação na paisagem, de forma negativa, porque primeiramente a população abrigou-se em barracas, e posteriormente foram distribuídos os lotes. Verificam-se processos intensos de erosão, causado pela falta de cobertura vegetal e a intensidade das chuvas que provavelmente acabam acelerando os processos de movimentação do solo devido à declividade de alguns terrenos. Outro fator preocupante é a permanência de animais em meio a vegetação (Figura 9), esses animais são utilizados como instrumento de trabalho do carroceiro servindo como transportadores de matérias recicláveis, mas muitas vezes ocorre mau trato ao animal. Existe um Projeto da UFSM no bairro que visa auxiliar os carroceiros, no trato com o seu instrumento de trabalho o “cavalo”.



Figura 9 – Presença de animais, em meio à vegetação, nas proximidades da rua 14, Vila Dez de Outubro.

Fonte: Trabalho de campo, setembro, 2013. Org.: Sandra Beatriz de Andrade Cardozo.

Estudos sobre a qualidade de vida da população no Bairro Nova Santa Marta nos remetem ao uso dos recursos naturais. Com base nesse pressuposto, o desenvolvimento urbano tem como metas, ações que venham minimizar problemas como a disposição do lixo, transportes lotados, abastecimento de água, tratamento de esgotos, escolas e postos de saúde, suprimindo a demanda da população.

Contudo, em Santa Maria, o desenvolvimento urbano dá-se apenas no plano urbano central. A disposição do lixo, por exemplo, no Bairro Nova Santa Marta, ocorre, na maior parte das vezes, ocorre em espaços baldios e / ou terrenos não ocupados, e mesmo em áreas verdes, a priori, destinadas ao lazer da população residente nas imediações. A aglomeração de lixo nos espaços dá-se de forma tão intensa, desenfreada, que tem aumentado o número de catadores de lixos na área (Figura 10).



Figura 10 – Presença de material reciclável disposto de forma incorreta na rua 24, Vila Alto da Boa Vista.

Fonte: Trabalho de campo, setembro, 2013. Org.: Sandra Beatriz de Andrade Cardozo.

Diante desse panorama, o fato de o lixo ser entendido como forma de almejar renda, não é a única gravidade. Tais desajustes emergem na qualidade de vida dos moradores residentes, gerando a marginalização, principalmente por jovens do bairro, o oferecimento desigual dos serviços (Figura 11), além de restringir o acesso da grande maioria da população, na realização de atividade física, tais espaços têm

sido usados para consumo de entorpecentes causando uma calamidade paisagística no bairro.



Figura 11 – Espaço destinado a área de lazer, Avenida Manoel Mallmann Filho.

Fonte: Trabalho de campo, setembro, 2013. Org.: Sandra Beatriz de Andrade Cardozo.

Somadas a essa, insurgem-se a contaminação do solo e dos lençóis freáticos. Isso porque, o lixo encontrado pelas ruas do Bairro Nova Santa Marta é eivado não apenas de substâncias orgânicas, mas também de substâncias tóxicas oriundas de pilhas, lâmpadas, placas de eletrodomésticos, óleos em geral, pesticidas, agrotóxicos e isopores (poliestirenos), esses últimos fabricados a partir do monômero de estireno, substância líquida derivada da indústria petroquímica (Figura 12).



Figura 12 – Lixo exposto em via pública.

Fonte: Trabalho de campo, setembro, 2013. Org.: Sandra Beatriz de Andrade Cardozo.

Ao fim, o precário saneamento básico do Bairro Nova Santa Marta resulta em risco de vida, saúde em periculosidade. Diante da ausência de postos de saúde, a população vê-se obrigada a recorrer a estabelecimentos de bairros vizinhos (Cohab Santa Marta, Cohab Tancredo Neves, Vila Caramelo etc.), a fim de tratar de ferina gama de doenças causadas pela contaminação do solo e da água: diarreia, cólera, ascaridíase, esquistossomose, ancilostomose, teníase, leptospirose, hepatite, tétano, giardíase, dengue etc...

A periculosidade proeminente dessas doenças está intrinsecamente relacionada com o esgoto a céu aberto que, devido a canos entupidos de lixos, dejetos e outros resíduos, ganham as ruas, adentrando inclusive pátios residenciais (Figura 13).



Figura 13 – Esgoto a céu aberto, decorrente de canos entupidos.

Fonte: Trabalho de campo, setembro, 2013.

Org: Sandra Beatriz de Andrade Cardozo.

Essa contaminação do solo e da água afeta não apenas a população, mas também toda a vida animal da região, inclusive de equinos e bovinos que, de alguma forma, auxiliam na constituição da renda que subsidia os moradores do Bairro Nova Santa Marta. A falta de saneamento básico (Figura 14), alastra o bairro de bichos-de-pé, piolhos, moscas, mosquitos, os carrapatos, não apenas atingem os equinos e bovinos, mas mesmo os cachorros das famílias, de modo a constituir um facilitador risco de saúde para os moradores, principalmente para as crianças.



Figura 14 – Vias públicas inacabadas.

Fonte: Trabalho de campo, setembro, 2013. Org.:Sandra Beatriz de Andrade Cardozo.

Devido ao fato de o sujeito estar inserido em uma sociedade hiper-racionalizada, sob a égide da produção e do consumo, a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente continuam pouco representativos, embora muito se discuta sobre questões ecológicas. A solução parece ainda estar no âmbito educacional, sob uma perspectiva que priorize a leitura antropológica, sociológica e filosófica sobre a vida em sociedade, a fim de que o sujeito possa não apenas criticar o sistema capitalista, mas problematizar suas consequências e limitações.

Tabela 2 – Amostra da população no município de Santa Maria e do Bairro Nova Santa Marta, que possuem serviços básicos como água, energia elétrica, e coleta de lixo.

Serviços Básicos	
Santa Maria - RS	Nova Santa Marta - Santa Maria - RS
Forma de abastecimento de água = Total	Forma de abastecimento de água = Total
Destino do lixo = Coletado	Destino do lixo = Coletado
Existência de energia elétrica = Total	Existência de energia elétrica = Total
Total: 82.350	Total: 3.562

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.
Org.: Sandra Beatriz de Andrade Cardozo

A tabela 2 mostra, de forma geral, que a amostra dos entrevistados tinham assistência aos serviços de coleta de lixo, abastecimento de água, bem como existência de energia elétrica, no Censo Demográfico de 2010. Em relação aos problemas ambientais no município de Santa Maria (pesquisa realizada em 2012) constata um crescimento desordenado associado a pouca vegetação e grande ocorrência de invasões com desmatamento dos morros da cidade, e em relação à higiene e os resíduos sólidos (aspecto de limpeza), foi apurado que a cidade de Santa Maria é um tanto suja, com lixo nas ruas, em terrenos baldios, etc.. (CARDOZO, 2012).

Tendo como base este estudo, imagens e pesquisa de campo, o atendimento as famílias não ocorre de forma total no Bairro Nova Santa Marta, sendo

constatadas inúmeras carências, bem como a falta de serviços básicos para algumas famílias, a partir disso são verificadas inúmeras vulnerabilidades sociais e crimes contra pessoa, e ao meio ambiente.

Devido à interferência do homem, alterando a paisagem local (Figura 15), bem como a ocupação irregular neste bairro, construções de moradias frágeis, junto a cursos de água certamente pode produzir diversos efeitos negativos, como a alteração do regime de escoamento superficial desta bacia. A quantidade de lixo (recicláveis e orgânicos) descartados junto aos divisores de águas tem acelerado esse processo.

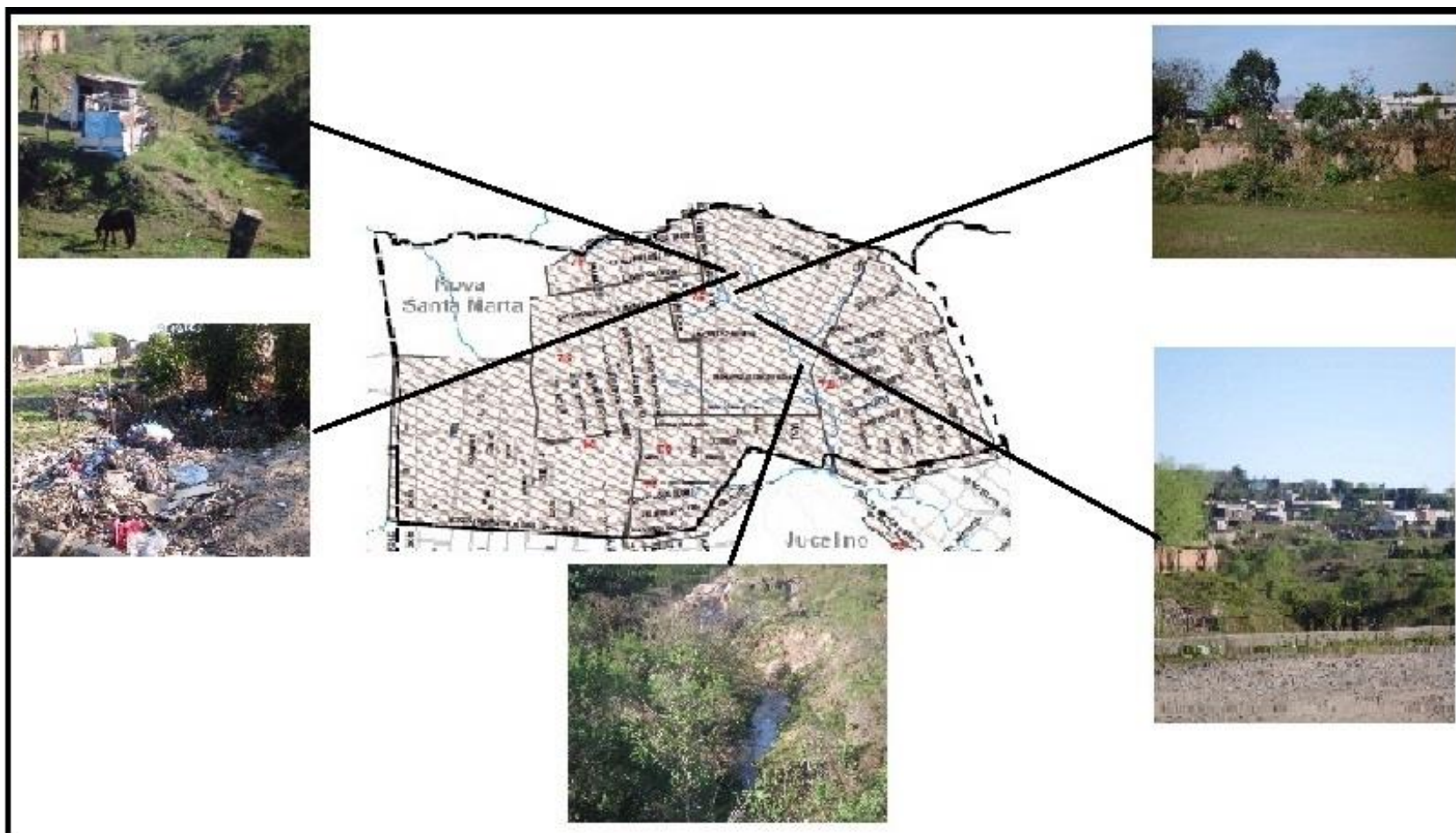


Figura 15 – Localização de pontos precários junto a bacia hidrográfica no Bairro Nova Santa Marta no final da Rua Irmão Jacinto.

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria, Mapa Ocupações Irregulares de Santa Maria, 2011. Imagens trabalho de campo, setembro, 2013.

Org.: Sandra Beatriz de Andrade Cardozo.

As famílias que habitam próximo, as áreas de drenagem desta bacia, estão sujeitas a inundações, e até mesmo enchentes em épocas de chuvas. Outra questão importante a ser destacada, são as “ravinas e voçorocas nas cabeceiras de drenagem - loteamento em fase de expansão”, provavelmente intensificado pela ação antrópica (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, p. 39, 2006).

É importante destacar que este Bairro esta entre os assistidos pelo PAC- Programa de Aceleração do Crescimento. Tais obras atualmente encontram-se paradas, esperando por burocracias demoradas, e o secretário de habitação sendo pressionado pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Atualmente este movimento vem atuando em ocupações mais recentes do município, conversam com lideranças das ocupações, que relataram a situação da organização das ocupações bem como a situação jurídica da posse da área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao grande crescimento nos centros urbanos, extensas áreas foram ocupadas de forma irregular. Esse fator desencadeia e contribui para a proliferação de grandes impactos ambientais e sociais de cunho negativo, que seriam amenizados caso houvesse a preocupação em estudar a classificação do solo, bem como seu uso, a fim de almejar uma melhor qualidade de vida na cidade.

O Bairro Nova Santa Marta é rico e merece ser contemplado em mais pesquisas geográficas, tanto físicas como humanas, reportando fatores de ordem histórica, ambiental e social. Na maioria das vezes, os moradores demonstram seu sentimento de forma simples e verdadeira pelo local, suas lutas e as conquistas.

Os resultados aqui obtidos parecem em primeira análise, que os habitantes deixam a desejar pelo local a qual residem, sendo visto tais aspectos naturais como desprezíveis e sem importância, mas afirmo ser apenas um atributo, confuso, pois se compararmos este bairro com outros bairros da cidade percebe-se a paisagem verdejante na área, após a ocupação. Isso somente aplicasse de forma correta se os moradores dos loteamentos obtivessem qualidade de vida, áreas de lazer equipadas com pracinhas e academias ao ar livre, bem como atendimento as necessidades básicas de forma eficiente.

Em um processo urbano crescente, como na maioria das cidades brasileiras, não é diferente na cidade de Santa Maria a crescente ocupação irregular no decorrer dos anos, somam-se a isso muitos fatores; como os alugueis abusivos, a valorização do mercado imobiliário, diferenças salarial, custo de vida alto, e o direito a moradia. Tal fato, importante a ser destacado neste trabalho, e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), presente na maioria das ocupações de nossa cidade, esse movimento visa o cumprimento das leis, e moradias dignas para famílias da esfera social baixa. Devido a muitas solicitações, no segundo semestre deste ano, a população recebeu nomes nas ruas e CEP.

Ao observamos hoje o município de Santa Maria, infere-se que ele apresenta uma dimensão gigantesca de áreas ocupadas de forma irregular. Atualmente apresentam-se 85 áreas ocupadas, algumas centrais, registrado no (Mapa de ocupação irregular da Prefeitura Municipal de Santa Maria - 2011). Vale ressaltar

que muitas famílias realmente necessitam de alocação, mas muitas pessoas presentes nestes movimentos possuem imóveis, quase sempre são os líderes da invasão, pegam alguns terrenos para comercializar.

De modo geral, a área em estudo apresenta aspectos a serem destacados, como presença marcante de escolas, igrejas e creches no cotidiano da população. Outro aspecto importante a ser destacada, e a presença de uma bacia hidrográfica nesta área. A preocupação acentua-se por haver declividade em alguns terrenos já ocupados pela população. A isso, atribuem-se fatores de risco; os mais comuns são inundações, alagamentos, movimentos de massa, falta de cobertura vegetal, lixiviação, ou erosão na margem. Tais áreas de risco deveriam ser protegidas pela Legislação Ambiental, fiscalizadas, pois certamente apresentam restrições para ocupação.

O espaço é uma forma durável que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes, enquanto outros criam novas formas para se inserir dentro delas, testemunham um momento, de um modo de produção pela memória de espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada, assim é a construção do urbe.

Com base nesta pesquisa ficou constatado que apesar da população residente nos loteamentos, ter sido assistida pelo poder público através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com obras de infraestrutura, muitas destas obras encontram-se ainda inacabadas, abandonadas, necessitando com urgência de serviços básicos, o que constitui tal fato em um caso de saúde pública.

Com base nesta afirmação, somente parte da população é assistida com serviços básicos, de modo que outros moradores continuam apresentando sérios problemas no contexto familiar. A pobreza a qual afeta a população aliada à falta de estrutura familiar, tem levado parte da população, sobretudo jovens, ao consumo e venda de drogas, aumentando a marginalização no local.

A pesquisa visa comprovar que a falta de políticas públicas, voltada à valorização do lugar, da família e do apoio aos agentes de saúde na realização de seu trabalho preventivo, torna-se fundamental para as famílias ali residentes. Em relação a prevenção realizada pelos agentes de saúde, nem todos os loteamentos são assistidos, pois, são apenas 7, sendo que para o tamanho da área deveria ser preenchida as 12 vagas existentes.

A pesquisa foi realizada através da leitura das obras fundamentais de renomados autores que abordam a temática urbana, bem como importantes trabalhos realizados na área, saídas de campo e conversa com moradores.

Após finalizar a proposta desta pesquisa, alguns pontos foram peculiarmente destacados, como o aumento das construções principalmente em áreas íngremes próximos à bacia hidrográfica, a questão de depósitos de lixo a céu aberto, o saneamento básico que abrange parte do bairro, a falta de vagas em creches e a inexistência de Posto de Saúde, deixando a população desassistida. Também se sobressai de modo agravante, a falta de segurança, pois não existe nenhum posto policial no local, facilitando o aumento da criminalidade, oriundo do alto consumo e venda de drogas, falta de um lugar adequado para realização de atividade física, desemprego, alimentação deficitária, atraso cultural etc..

Desse modo, a pesquisa teve como objetivo principal investigar os aspectos socioespaciais do processo de evolução da expansão urbana no Bairro Nova Santa Marta, concomitantemente, destaca as ocupações desarmônicas, mais especificamente, intui a percepção em relação ao lugar no qual reside parte considerável da população, bem como os serviços prestados a esses moradores.

O mais importante dentre os problemas identificados em relação à ocupação irregular, na área em estudo e a falta de perspectiva para muitas famílias, casas precárias, famílias desestruturadas, consumo de entorpecentes, a isso compete políticas públicas eficientes. Os governantes deveriam tratar esse aspecto como de importância primária, corrigido de forma eficaz tais problemas e legalizando os loteamentos, fiscalizando-os pelo plano diretor do município de Santa Maria. É interessante destacar que esta área pertencia ao Governo Federal do Estado, e foi cedida ao município para ser legalizada.

Verificou-se também que as ocupações variam de características, sendo que em alguns trechos as construções apresentam um padrão médio e em outros um baixo e até mesmo precário padrão das edificações, constatou-se também que existem muitas ocupações ao longo do curso da bacia, vivendo de forma precária.

Enfim, verifica-se que a legislação ambiental não está sendo cumprida, muitas das áreas ocupadas pela sociedade menos favorecida são áreas de preservação ambiental ou de risco. São locais de topografia irregular, vulnerável as ações erosivas e sem nenhum tipo de infraestrutura de saneamento básico para a melhoria da qualidade de vida da população.

Diante de todo o quadro da ocupação urbana nesta área, percebe-se a necessidade de instituir políticas urbanas que venham contribuir para o ordenamento da cidade de Santa Maria, que vise direitos fundamentais das pessoas, garantindo a elas o cumprimento das funções sociais. Para o pleno desenvolvimento desta ideia, faz-se necessário então que a política urbana contivesse no mínimo, em suas diretrizes, uma política ambiental, uma econômica e uma social. É necessário ainda que esta política considere a realidade da sociedade onde atua e que procure modificar e transformar esta realidade de forma a promover maior igualdade social.

REFERÊNCIAS

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria: 1797 – 1933.** Santa Maria: UFSM, 1989.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima ; FERNANDES, Marlene Allan (Coord.) **Cidades sustentáveis:** Subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira. Brasília. IBAMA - ISER - REDEH, 2000.

BOLFE, Sandra Ana. **Transformação do Espaço Urbano de Santa Maria – RS – e sua Região:** Tendências e condicionantes. (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

BONDUKI, Nabil (org). **Habitat:** as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo, SP: Studio Nobel, 1996.

CARDOZO, Sandra Beatriz de Andrade; AUZANI, Gislaine Mocelin. **Caracterização Socioambiental do Loteamento Dez de Outubro na Nova Santa Marta na cidade de Santa Maria, RS.** Trabalho Final de Graduação - TFG (Curso de Geografia) – Centro Universitário Franciscano - UNIFRA, Santa Maria, 2010.

CARDOZO, Sandra Beatriz de Andrade; PASQUALI, Ísis Samara Ruschel. **Percepção da paisagem como ferramenta de sensibilização em auxílio à educação ambiental.** Monografia (Especialização em Educação Ambiental) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria: 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade:** Repensando a Geografia. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **Espaço-Tempo na Metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a Cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. **Os caminhos da reflexão sobre:** A cidade e o urbano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005(a).

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES. **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS.** Atualizada em março 2004. Disponível em: http://www.santamaria.rs.gov.br/docs/leis/lom/Lei_Organica_do_municipio.pdf
Acesso em Out. de 2013.

CARLOS, Ana Alessandri; CARRERAS, Carles (Org.). **Urbanização e Mundialização:** estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005(b).

CHAVEIRO, Eguimar Felício; ANJOS, Antonio Fernandes dos. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. In: **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia. Vol. 27, nº. 2, p. 181-197, 2007.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos ambientais em áreas urbanas – Teoria, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. (org). **Impactos ambientais urbanos no Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a Rede Urbana.** São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

_____. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 2000.

CUNHA, Luíz Henrique; COELHO, Maria Célia Nunes. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. **A questão ambiental:** diferentes abordagens. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

DAVIS, Mike. **Planeta favela.** Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAL'ASTA, Ana Paula; PIRES, Carlos Alberto da Fonseca. **Elaboração de Zoneamento Geoambiental para o Perímetro Urbano de Santa Maria – RS.**

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria: 2009.

DAL'ASTA, Ana Paula; RECKZIEGEL, Bernadete Weber; ROBAINA, Luis Eduardo de Souza. Análise de áreas de risco geomorfológico em Santa Maria-RS: O caso do Morro Cechela. In: XI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. **Anais**. USP, São Paulo, 5 - 9 de setembro, 2005.

DALMOLIN, Ricardo Simão Diniz; AZEVEDO, Antônio Carlos de; PEDRON, Fabrício de Araújo. **Modificação do solo em áreas urbanas**. Solos & ambiente/ II Fórum Solos & Ambiente. Santa Maria: Orium, 2006.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – **Plano Municipal de Redução de Riscos de Santa Maria - RS**. Secretaria do Município de Habitação e de Regularização Fundiária. Elaboração do Plano de Redução de Riscos. Santa Maria, 2006. Disponível em: <http://adesm.org.br/> (Acesso em 16 Agosto de 2013).

FERREIRA, Yoshiya Nakagawara; MARANDOLA, Eduardo Jr. Riscos ambientais e custos de urbanização – Pressupostos teórico-metodológicos. In: **Geografia/Departamento de Geociências**, Londrina. Vol. 10, nº. 1, p. 15-25, 2001.

FIGUEIREDO, Vilma Dominga Monfardini. **População e qualidade de vida urbana em Santa Maria – RS. Estudo de caso: Bairro Urlândia**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro; 2001.

FIGUEIREDO, Vilma Dominga Monfardini. **Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul : contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980-2000**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro: 2008.

GARCIA, Medianeira dos Santos; SOUZA, Bernardo Sayão Penna e. **Estudo Integrado da Vila Alto da Boa Vista na área da Nova Santa Marta, Município de Santa Maria/RS - Setor da Sub Bacia drenado por um afluente da margem direita do Arroio Cadena**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

GOMES, Paulo César da Costa. **Condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro, Bertrand, 2002.

GUERRA, Antonio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. **Geomorfologia ambiental**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da Cunha (org). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2001.

GUIMARÃES, Pedro Paulino. **Configuração urbana**: evolução, avaliação, planejamento e urbanização. São Paulo: Prolivros, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - IDS 2012**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2161&id_pagina=1. Acesso em: 08 fev. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Senso demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1552 e 3217>. Acesso em Junho de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – IBGE **Cidades@**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=43160&search=rio-grande-do-sul|santa-maria>. Acesso em Ago. de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – **Sala de imprensa**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2161&id_pagina=1). Acesso em Ago. de 2013.

JACOBI, Pedro Roberto. **Cidade e meio ambiente**: percepções e práticas em São Paulo. São Paulo, SP: Annablume, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **La Production de l'Espace**. Paris: Anthropos. 1986.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana** (tradução de Sérgio Martins). Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: Alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOURA-FUJIMOTO, Nina Simone Vilaverde. A urbanização brasileira e a qualidade ambiental. In: SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; BASSO, Luís Alberto; VERDUM, Roberto (orgs.). **Ambiente e lugar no urbano: A grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.

OLIVEIRA, Edson Luis de Almeida; RECKZIEGEL, Bernadete Weber; ROBAINA, Luis Eduardo de Souza. Áreas de risco geomorfológico na bacia hidrográfica do passo da areia, Santa Maria/RS. **Boletim Gaúcho de Geografia./ Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Porto Alegre. Vol. 30 e 31, (2006) – Porto Alegre: AGB, 1973.

PEDRON, Fabrício de Araújo; DALMOLIN, Ricardo Simão Diniz; AZEVEDO, Antonio Carlos de; BOTELHO, Marcio Ramos; MENEZES, Fábio Pacheco. **Levantamento e classificação de solos em áreas urbanas: importância, limitações e aplicações**. R. Bras. Agro ciência, Pelotas, v. 13, n. 2, p. 147-151, abr - jun, 2007.

PILAR, Adriana Medianeira Rodrigues; BOLFE, Sandra Ana. **Ocupações Irregulares às margens da Rodovia BR 287 em Santa Maria/RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria: 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS. **Mapa Temático Loteamentos Irregulares** – 1º Distrito Sede de Santa Maria, setor de GEOPROCESSAMENTO DO ESCRITÓRIO DA CIDADE, 2011.

RATTNER, Henrique. **Planejamento urbano e regional**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4ªed. São Paulo: Contexto, 1991.

ROSS, Jurandir L. Sanches (org). **Geografia do Brasil**. Editora da USP, 4 ed.; São Paulo, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo, SP: Hucitec, 1996.

_____. **A urbanização desigual**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **O Espaço Dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SILVA, José Borzacchiello da. Estatuto da cidade versus estatuto de cidade – Eis a questão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; GERAIGES, Amália Inês (orgs.).

Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHERER, Maurício de Freitas; CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Nova Santa Marta**: uma evolução histórica-espacial. UFSM, CCNE, Departamento de Geociências, GPET, Santa Maria, 2005.

_____. **Nova Santa Marta é reflexo espacial do processo de êxodo rural Brasileiro?** Monografia (Curso de Geografia, Licenciatura Plena) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria: 2008.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo. N°. 57, p. 77-91, 1980.

SPOSITO, Eliseo Savério. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1994.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

TRICARD, Jean. **Geodinâmica**. IBGE. Rio de Janeiro, 1977.

VILLAÇA Flávio. A recente urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (orgs). **Urbanização Brasileira**: Redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.